



Prestação de Contas 2015



MONTEMOR | O | NOVO câmara municipal

ÍNDICE

ENQUADRAMENTO E ANÁLISE DA ATIVIDADE MUNICIPAL

1 - Anexos às demonstrações financeiras

- 1.1 - Identificação município
- 1.2 - Legislação (constituição orgânica e funcionamento)
- 1.3 - Estrutura organizacional efetiva
- 1.4 - Descrição das atividades
 - Nível execução PPI
 - Compromissos
- 1.5 - Recursos humanos
 - Estrutura a 31 de Dezembro de 2014
 - Evolução dos efetivos por tipo de vínculo
 - Média de idades e distribuição por género
 - Habilitações literárias
 - Estrutura profissional
 - Formação
- 1.6 - Organização contabilística
 - POCAL
 - Software – aplicação
 - Princípio especialização
 - Quadro acréscimos e diferimentos
 - Reconciliação bancária
 - Princípios
 - Execução do Orçamento
 - Património – registo de património dos bens
- 1.7 - Outras informações relevantes

2 – Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados

- 2.1 - Derrogações
- 2.2 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior
- 2.3 - Critérios valorimétricos utilizados
- 2.4 - Cotações de resultados originariamente expressos em moeda estrangeira
- 2.5 - Situações em que o resultado do exercício foi afetado
- 2.6 - Comentários às contas
- 2.7 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado, constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões
 - Quadro Ativo Bruto
 - Regularização de escrituras de imóveis
- 2.8 - Descrição do ativo imobilizado
 - Amortizações do exercício e acumuladas
- 2.9 - Custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações e que tenham sido capitalizadas nesse período
 - Empréstimos MLP
 - Mapa empréstimos
- 2.10 - Diplomas legais nos termos em que se baseou a realização dos bens de imobilizado

- 2.11 - Quadro discriminativo das reavaliações
- 2.12 - Imobilizações corpóreas e em curso
- 2.13 - Bens utilizados em regime de locação financeira
- 2.14 - Bens de imobilizado
- 2.15 - Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização
- 2.16 - Entidades participadas
 - Entidades societárias
 - Entidades não societárias
- 2.17 - «Títulos negociáveis» e «Outras aplicações de tesouraria»
- 2.18 - Discriminação da conta «Outras aplicações financeiras», com indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades, valores nominais e valores de balanço.
- 2.19 - Indicação global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado
- 2.20 - Atribuição de valor inferior – Ativo circulante
- 2.21 - Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.
- 2.22 - Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros.
- 2.23 - Valor global das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia local.
- 2.24 - Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com indicação dos direitos que Conferem
- 2.25 - Dívidas ao Estado em situação de mora
- 2.26 - Garantias e cauções prestadas
- 2.27 - Provisões acumuladas
- 2.28 - Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 «Fundo patrimonial», constantes do balanço
- 2.29 - Custo de mercadorias e de matérias-primas
- 2.30 - Demonstrações das variações de produção
- 2.31 - Demonstração de resultados e Demonstração de Resultados Financeiros
- 2.32 - Demonstração de resultados extraordinários

3 - Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução

- 3.1 - Evolução do orçamento
- 3.2 - Análise geral
- 3.3 – Receita
- 3.4 - Receitas correntes
- 3.5 - Receitas de capital
- 3.6 – Despesa
- 3.7 - Despesas correntes
- 3.8 - Despesas de capital
- 3.9 - Plano Plurianual de investimentos
- 3.10 - Contratação Administrativa
- 3.11 - Transferências e subsídios
- 3.12 - Aplicação de ativos de rendimento fixo e variável
- 3.13 - Endividamento e endividamento líquido
- 3.14 - Pagamentos em atraso

4 – Evolução da situação Financeira e Económica

4.1 - Evolução da Estrutura – Análise do Balanço

5 - Aplicação de Resultados

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REGULAMENTOS

ENQUADRAMENTO E ANÁLISE DA ATIVIDADE MUNICIPAL



Centro Escolar de Montemor-o-Novo

O executivo municipal apresenta, nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na atual redação, os **DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS** relativos à Gerência correspondente ao exercício financeiro do ano de 2015.

O ano de 2015 caracterizou-se, em termos gerais, pela continuidade da aplicação da política de austeridade, de cortes e retirada de direitos, assentes num Orçamento de Estado que manteve as orientações e as medidas dos anteriores. Vivemos um dos períodos mais exigentes e difíceis da vida económica e social do país nas últimas décadas, no qual tem ocorrido um dos maiores e mais violentos ataques à autonomia, independência e competências do Poder Local Democrático.

Os reflexos da aplicação do OE/2015 e demais legislação fizeram-se sentir mantendo-se uma situação de regressão económica e social, que atingiu também o concelho de Montemor-o-Novo.

A generalidade das famílias e das empresas montemorenses, com incidência nos trabalhadores e nos jovens, continuaram a sentir a quebra dos seus rendimentos, do seu poder de compra, o aumento da insegurança e da falta de perspetivas de futuro.

Apesar de Montemor-o-Novo mostrar uma resistência à crise assinalável, como registam alguns indicadores económicos e sociais (taxa de desemprego), os limites sociais que os sucessivos cortes nos salários, nas prestações sociais e na sua ausência ou negação de acesso, as dificuldades de acesso aos serviços públicos (saúde e segurança social), fazem-se sentir, sobretudo nos agregados familiares de mais baixos rendimentos.

As pequenas empresas e negócios, que constituem a quase totalidade do nosso tecido económico atravessam dificuldades, há menos trabalho, crescem as ameaças de encerramento, algumas encerraram mesmo, sobretudo na área do comércio a retalho.

A concretização de novos investimentos privados foi dificultada pelas condicionantes de acesso ao crédito bancário e quebra do poder de compra das famílias.

As instituições sem fins lucrativos, com peso na dinâmica do Concelho atravessam dificuldades ao nível de funcionamento e até de viabilidade, não deixando contudo de prestar um inegável trabalho, não só ao nível da resposta social, como do emprego.

A maioria dos reformados, pensionistas e idosos, mais de 1/3 da população continuou a perder poder de compra, cada vez mais débil e teve maiores dificuldades no acesso à prestação de cuidados públicos de saúde e a alguns bens essenciais.

Os jovens, que encaram o futuro com preocupação, foram dos mais penalizados pela crescente precarização do emprego e desregulação das condições de trabalho, através das sucessivas alterações ao Código de Trabalho.

A manutenção desta política, parte integrante de um processo de empobrecimento geral do País, conduziu centenas de milhares de portugueses, impedidos de acederem a bens e serviços de primeira necessidade, para a pobreza e a doença.

Do ponto de vista da gestão do Poder Local, 2015 caracterizou-se pela continuada política de inaceitável ingerência na autonomia administrativa e financeira do Poder Local Democrático.

Em síntese, a atividade municipal no ano de 2015, foi fortemente condicionada por:

- **Aplicação de medidas de retirada de autonomia do Poder Local, como a criação do Fundo de Apoio Municipal (FAM) que retirará à Câmara Municipal de Montemor-o-Novo cerca de 1 milhão de euros nos próximos 7 anos;**
- **Aplicação da nova Lei de Finanças Locais (Lei nº 73/2013) que se caracteriza por uma redução na participação das autarquias nos impostos do Estado, consignação, cativação e retenção de receitas e alterações às regras do endividamento municipal;**
- **Constrangimentos provocados pela Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), que ao definir um valor de Fundo Disponível a cada 3 meses (independentemente da disponibilidade de tesouraria e da capacidade de endividamento) limita e condiciona o planeamento e a concretização de investimentos no concelho**

Esta realidade confirmou a impossibilidade de cumprimento dos programas eleitorais, nomeadamente os maiores investimentos previstos (Recuperação do Convento de S. Francisco, Pavimentação de Arruamentos e Estradas Municipais e Requalificação do CineTeatro Curvo Semedo) e impôs constrangimentos agravados ainda pela manutenção da obrigatoriedade de redução de pessoal e de proibição generalizada de contratação de pessoal, bem como da aplicação continuada da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.

Em 2015 e apesar do agravamento das já difíceis condicionantes colocadas à atividade municipal, mantivemos a estabilidade económico-financeira do Município, garantimos um investimento considerável suportado por uma correta e equilibrada utilização dos financiamentos comunitários, assegurámos um elevado nível quantitativo e qualitativo de cumprimento dos compromissos e objetivos traçados.

Destacam-se as seguintes ações e investimentos:

- **Novo Centro Escolar**
- **Pista de Atletismo (2ª fase do Parque Desportivo Municipal)**
- **Pavimentação e Infraestruturas na Rua de Moçambique e infraestruturas no Loteamento Municipal de Santiago do Escoural**
- **Início da revisão da Carta Estratégica**
- **Programa “Ao Sabor das Estações”- valorização dos produtos locais**

Procurámos, no âmbito das nossas competências, estudar, acompanhar, intervir, responder aos principais problemas da população do concelho. Assumimos também uma firme oposição ao aumento do horário de trabalho das 35h para as 40 horas semanais, cumprindo contudo, as determinações legais nesse sentido, mas em simultâneo promovendo a assinatura de um Acordo de Entidade Empregadora Pública com as Entidades Representativas dos Trabalhadores para garantir a manutenção das 35 horas de trabalho semanais, cuja publicação veio a ocorrer apenas em Dezembro de 2015. Mantivemos a luta contra a extinção de freguesias, em defesa do Serviço Nacional de Saúde.

É importante referir e sublinhar que pese embora as dificuldades e constrangimentos, Montemor-o-Novo manteve uma atividade económica social, cultural e política que tem

contribuído para, na medida do possível, contrariar e minimizar o impacto negativo dos problemas e das políticas nacionais e europeias identificadas.

O presente relatório de gestão traduz de forma sucinta, a execução das Grandes Opções do Plano, as onze opções programáticas aprovadas no programa eleitoral sufragado pelos montemorenses no mandato 2009-2013, bem como a execução orçamental, na continuidade do trabalho desenvolvido nos mandatos anteriores.



Reunião de Câmara

Foram grandes objectivos:

- **Promover a democracia participada** - intensa atividade do município, onde destacamos a auscultação não institucional assegurada por diversas ações como encontros e atendimentos à população, auscultação sobre questões de interesse local, plenários e reuniões diversas, estruturas consultivas locais de participação, a denuncia da contrarreforma para a liquidação do Poder Local Democrático pugnando pela defesa dos serviços públicos contra o encerramento e as privatizações, a defesa da regionalização, da descentralização local, defesa das freguesias, e rejeição da legislação atentatória ao poder local democrático e da institucionalização das regiões administrativas.

Mantivemos a política de descentralização de competências, assegurando que, pese embora, o acréscimo de competências diretas, as Freguesias do concelho têm meios e recursos disponíveis para intervenção e resposta às populações. Os acordos de cooperação foram limitados, sobretudo pelos constrangimentos financeiros.

Procurámos concretizar também o fomento da dinâmica popular e da dinamização do movimento associativo através da manutenção dos apoios, da contratualização com instituições e da gestão participada de equipamentos.

- **Valorizar e defender o serviço público de qualidade** – O ano de 2015 ficou marcado pela aprovação e implementação da alteração à organização dos serviços municipais, imposta pela Lei 49/2012 de 29 de Agosto que se insere no quadro da contrarreforma de liquidação do Poder Local Democrático, desestruturando o funcionamento dos serviços públicos e retirando uma vez mais a autonomia às autarquias locais para definirem a melhor forma de organização dos seus próprios serviços. As consequências da aplicação desta alteração fizeram-se sentir ao longo do ano.

Teve continuidade a intervenção ao nível das instalações municipais, com a conclusão do projeto para as instalações municipais na Adua e o início da revisão do projeto para as instalações municipais na EPAC.

A concretização deste objetivo deu-se com a continuidade da modernização da Câmara em remodelações diversas, implementação do **programa de modernização da gestão municipal, promoção do município e da atividade municipal**, participação em projetos intermunicipais de desenvolvimento, bem como a preparação de programas e formação profissional dos trabalhadores.

Mantivemos o trabalho na área do pessoal, da formação e da melhoria das condições de trabalho, com contactos regulares com as estruturas representativas dos trabalhadores e o integral respeito pelos direitos dos trabalhadores como orientação política de fundo que prosseguimos e afirmámos, por exemplo na **defesa da manutenção das 35 horas de trabalho semanais**. Deu-se início à **elaboração do Regulamento Municipal de Fardamentos e EPI's**. Mantiveram-se, contudo, os constrangimentos aos investimentos nas instalações municipais. Na área da comunicação revela-se a gestão de conteúdos informativos nas redes sociais e outras plataformas de comunicação.

- **Apostar na dinamização, expansão e diversificação da economia** - O desenvolvimento económico e o emprego constituem uma prioridade estratégica permanente, na perspetiva da diversificação, expansão e dinamização da base económica.

Em 2015, mantivemos o Programa Mor+ Economia- desenvolver, empreender e inovar da qual destacamos o Encontro de Empresários do Concelho.



Encontros de Empresários

Foi dada continuidade à **implementação da Agenda 21 Local**, acompanhando as ações dos Apelos lançados aos cidadãos e aos trabalhadores, realizando ações do Plano de Ação Concelhio e com a realização do Encontro Anual, no final do ano. A partir das prioridades definidas no Plano de Ação Concelhio foi elaborado um programa de atividades com o objetivo de promover os produtos alimentares que são produzidos no concelho bem como o seu consumo, o programa **“Ao Sabor das Estações”**.

O ano de 2015 ficou marcado por um novo impulso na valorização e divulgação dos produtos alimentares do concelho com o lançamento do **Menu KMO** projeto desenvolvido em parceria, e que pretende promover os produtos alimentares produzidos no concelho, valorizando através da promoção da gastronomia esta herança e património histórico e antropológico de Montemor-o-Novo.



Km0

A partir do **Centro de Acolhimento às Micro Pequenas e Médias Empresas**, cuja equipa de coordenação foi reforçada, foi dinamizado um programa de divulgação e acolhimento de novas ideias e empresas, de realização de encontros e sessões temáticas sobre inovação, medidas de apoio à criação de emprego, mas também de acompanhamento técnico e mentoria aos empreendedores aí instalados. Estas iniciativas concretizaram-se também com a rede de parcerias regionais na área do desenvolvimento económico e empresarial: ADRAL e NERE, bem como o IEFP e a Autoridade de Gestão do Alentejo 2020.



CAME

Manteve-se o projeto de **Hortas Comunitárias** nos Casais da Adua, em parceria com a Liga dos Pequenos e Médios Agricultores cuja adesão tem superado as expectativas. O Programa de Promoção da Economia do Concelho promoveu e divulgou recursos e potencialidades do concelho, destacando-se a promoção do Festival de Sopas e da Feira do Pão e da Doçaria. Os Programas de Apoio ao Desenvolvimento Económico assentaram em programas de iniciativa municipal, com o **Programa de Apoio à Atividade Económica**, que promoveu de forma integrada um conjunto de incentivos e apoio às atividades económicas (Encontro de Rede de Empresas do Alentejo Central- encontros de matching, entre outros).

No Programa de Dinamização de Atividades, mantivemos a aposta no turismo, na valorização dos nossos recursos. Destacamos o **avanço do processo de criação do roteiro “Levantado do Chão”**, com a identificação dos locais a incluir nesta proposta e o início da preparação de um roteiro de enoturismo que valorize o acréscimo de produtores e a qualidade da produção vitivinícola do concelho, nos últimos anos.

Mantivemos as iniciativas de promoção do mercado municipal, em parceria com a Rede de Cidadania. Foi reformulada a estratégia de intervenção, com o início da elaboração do projeto de arquitetura para a 2ª fase de intervenção e posteriormente a empreitada da totalidade da obra do Mercado Municipal.

- **Assegurar um ordenamento do território equilibrado** - esta opção programática concretizou-se através da gestão urbanística, planeamento, apoio à recuperação e construção de habitação, qualificação urbana, rede viária, património edificado, apoio a iniciativas de particulares, gestão dos solos e da energia. Destacam-se alguns investimentos, arranjos e beneficiação de espaços exteriores, manutenção e beneficiação

de espaços verdes. No âmbito da elaboração de projetos, **foram executadas propostas de intervenção para arranjos exteriores de espaços públicos municipais e remodelação de instalações municipais da Adua e EPAC**. O Programa de Ordenamento do Território e o Programa de Planeamento Urbano deram continuidade à Revisão do PDM, através da recolha de informação para a 1ª fase (diagnóstico), bem como a realização de um inquérito às Juntas de Freguesia do concelho. O apoio à recuperação e construção de habitação é uma das prioridades da Câmara. Manteve-se o apoio à recuperação de habitação através do Programa MorSolidário.

Foi apresentada a **exposição final do Programa Montemor Pedra a Pedra** que evidenciou os resultados positivos do investimento de qualificação urbana e de renovação de infraestruturas numa área de intervenção desde a entrada da cidade pela Rua da Janelinha até ao Castelo, através dos acessos pela Rua Condessa de Valenças e Rua do Quebra Costas.

No **Programa de Reabilitação Urbana**, destacamos a proposta de delimitação e aprovação de duas Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) na cidade (Castelo e Arrabalde e São Pedro), bem como a correção e ampliação da ARU da Avenida e Antigo Campo da Feira. Esta decisão dos órgãos autárquicos do concelho, fundamentará a estratégia de intervenção na reabilitação da cidade, nos próximos anos.

Destacamos ainda, nesta área, a elaboração e apresentação da candidatura do **Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU)**, instrumento criado no âmbito do Portugal 2020 para fundamentar a estratégia de intervenção na área da mobilidade, regeneração urbana e intervenção social nos centros urbanos estruturantes (cidade de Montemor-o-Novo).

No Programa de Preservação do Património, destacamos a obra de **execução do sistema de contenção de terras junto à Torre do Anjo** e o trabalho desenvolvido pelo Programa de Valorização do Castelo. Destacamos ainda o **1º Simpósio de Arqueologia Virtual** que evidenciou a valorização e o conhecimento do património através do recurso a novas ferramentas, potenciando também a vertente didática da salvaguarda do património;



Torre do Anjo

- **Preservar e valorizar o ambiente** - esta opção teve como principal objetivo a promoção e defesa do meio ambiente e a concretização de medidas para a eficiência energética. No âmbito da conservação da natureza destaca-se o **início do projeto Life-Lines** projeto que tem por objetivo ensaiar, avaliar e disseminar medidas destinadas a mitigar efeitos negativos de infraestruturas lineares em várias espécies de fauna e, simultaneamente, promover a criação, ao longo das mesmas, de uma Infraestrutura Verde de suporte ao incremento e conservação da biodiversidade do território em que atua, um importante corredor de transporte e energia Portugal-Espanha. É liderado pela Universidade de Évora e conta com a parceria da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.

A participação em projetos de preservação e conservação da natureza teve continuidade com o acompanhamento da implementação do PIER de Monfurado (1ª fase) e no âmbito do saneamento a construção / beneficiação de sistemas municipais de saneamento. Referem-se, as intervenções na construção e beneficiação do abastecimento de água. O **Programa da Parceria Pública para a Água e o Saneamento centrou-se no acompanhamento da operação dos sistemas por parte da AgdA, S.A. no concelho, de que se destaca o início da construção da ETAR de Lavre, em Novembro de 2015.**

Mantém-se a firme intenção de manter a gestão pública da água e do saneamento, rejeitando todas as soluções que facilitem a privatização, a quebra de serviços e a falta de resposta às populações. Na gestão de resíduos destaca-se o Sistema Municipal de recolha e tratamento de resíduos e a requalificação do equipamento urbano.



Obra ETAR Lavre

- **Promover a cultura, o desporto e o associativismo** - Ainda que afetada pelas restrições financeiras e de pessoal que nos foram impostas, foi possível assegurar o fundamental da atividade municipal desenvolvida nesta área.

Em 2015 continuaram a ser desenvolvidos um conjunto de projetos no concelho, promovidos pelo movimento associativo, para os quais a Câmara Municipal assegura um apoio financeiro referente à contrapartida nacional, no âmbito dos financiamentos comunitários que foram aprovados. Desenvolveram-se assim as seguintes intervenções (concluídas em 2015): **Pista de Atletismo (2ª fase do Parque Desportivo Municipal), Modernização do Campo de Futebol e relvado sintético do Valenças Futebol Clube, apoio à cobertura do campo de ténis do Clube de Ténis de Montemor, inauguração do Centro de Etnologia-Museu Local.**

Mantivemos a **colaboração e a generalidade dos apoios ao Movimento Associativo local, cuja dinâmica dá uma contribuição decisiva para o nível e a qualidade da nossa vida comunitária e até de promoção da imagem externa da nossa cidade e Concelho.** Destacam-se variados projetos no âmbito da realização de atividades e/ou equipamentos, **dinamização dos diversos serviços e equipamentos municipais (Biblioteca Almeida Faria- cujas obras de requalificação terminaram em 2015, Arquivo Municipal Galeria Municipal, Oficina do Canto, Escola de Ballet),** dinamização e programação cultural com os Ciclos de Programação e descentralização cultural, a preservação e valorização do património cultural. Destacamos a continuação no apoio às áreas artísticas e do pensamento, mantendo a lógica de apoio à criação e aos criadores, baseados nos projectos de residências promovidos pelos vários agentes culturais, em particular pelos parceiros do Projecto M. Também o programa de dinamização e promoção da prática desportiva junto da comunidade mantém uma relevância importante na dinâmica e formação das comunidades,

onde destacamos os protocolos para os escalões de formação, escolas e escolinhas e o programa “dar mais vida aos anos” e a dinamização de atividades de animação sócio educativa. Destacamos também o funcionamento da Escola Municipal de natação, com um aumento significativo de praticantes e com resultados competitivos assinaláveis, resultantes numa aposta certa na construção da piscina coberta como um equipamento fundamental para a prática desportiva. Na gestão e equipamentos desportivos destaca-se o investimento na modernização/requalificação de parques desportivos, e intervenção em equipamentos diversos. No programa de Tempos livres e lazer mantivemos o trabalho desenvolvido pela Oficina da Criança, **cuja obra para a construção de novas instalações avançou durante o ano de 2015**, uma referência no desenvolvimento de trabalhos lúdicos, de estímulo à criatividade e de animação, mas também de promoção do desenvolvimento pessoal e social, inerentes ao conceito de cidadania. Destacamos o **projeto educativo “Viver o Montado”**, que permitiu dar a conhecer às crianças e jovens do concelho, o património do Montado, quando se iniciou a preparação da candidatura do Montado a Património Mundial da Humanidade. Desenvolvemos também um importante trabalho no apoio às Associações que desenvolvem trabalho nestas áreas, decisivos para as instituições sem fins lucrativos, incluindo um importante apoio na preparação de candidaturas a financiamentos comunitários que permitiram concretizar, ampliar e consolidar a sua intervenção com a comunidade local;



Pista de Atletismo

- **Apoiar a juventude** - destaca-se a dinamização do Centro Juvenil, com projectos vocacionadas à capacitação dos jovens, permitindo a realização e concretização de projectos individuais e colectivos, em várias áreas, das quais se destacam as áreas da música, através da dinamização do estúdio de som, assim como nas áreas da imagem. Realça-se também a aquisição de equipamentos que reforçam as capacidades técnicas nesta resposta. Na juventude é de realçar o papel da autarquia no apoio ao associativismo juvenil, desenvolvimento de parcerias diversas e a concessão de bolsas de estágio, onde destacamos a **concessão de estágios no âmbito do programa municipal de estágios, a**

atribuição de bolsas para estudantes do ensino técnico, profissional e superior, a dinamização de programa de voluntariado;

- **Qualificar o ensino, promover a educação - A Educação é uma das áreas que consideramos prioritárias para o desenvolvimento local e dos cidadãos.** Nesta opção programática, destaca-se a qualificação de equipamentos das escolas do 1º ciclo, equipamento diverso e informático, e o **novo Centro Escolar** financiado pelo QREN, cujo investimento total foi de 2.131.816,72€, tendo obtido uma comparticipação no valor de 1.358.965,17 €, inaugurado em Setembro de 2015. Mantivemos o **Programa de Ação Social Escolar e o Programa de Transportes Escolares**, assegurando um importante apoio social, para além das competências legais da Câmara Municipal. **Reforçámos ainda as componentes de apoio à família, com destaque para o apoio à dinamização de ATL's.** Nesta opção, destaca-se ainda o programa de apoio à educação física para melhor qualificação do ensino no concelho de Montemor-o-Novo.
- **Promover a justiça social e a saúde pública** – salienta-se o apoio social integrado no âmbito do programa Mor Solidário, através dos vários eixos de intervenção que apostou em apoios que se traduzem de forma permanente e sustentada na melhoria das condições e qualidade de vida dos sectores sociais e cidadãos abrangidos. Em 2015 teve lugar uma revisão do Regulamento do Programa, ampliando o número de agregados familiares beneficiários dos apoios sociais. Fazemos também uma referência à inauguração do novo Centro de Saúde



Inauguração do Centro de Saúde

- **Assegurar proteção civil e segurança** - com destaque para a Proteção Civil, no apoio a instituições e à Associação dos Bombeiros Voluntários;

Os dados constantes nos documentos da conta evidenciam um elevado grau de concretização dos objetivos definidos para o mandato (2013-2017), cumprindo-se assim, de forma sustentada, os objetivos e prioridades aprovados.

- **A relevância do grau de execução é tanto maior quanto a imposição da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso que, com a sua aplicação, veio trazer fortes constrangimentos para a assunção de novos compromissos.**

Certo, é que foi possível ao município conciliar e cumprir, entre outros, os seguintes objetivos:

- * Realização de novos compromissos no estrito cumprimento da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro;
- * Redução do nível total da dívida do município;
- * Eliminação dos pagamentos em atraso;
- * Elevada realização dos projetos em curso.

A obtenção destes resultados só foi possível graças à conjugação dos seguintes elementos:

- * Clara definição dos objetivos e prioridades para o mandato;

Uma palavra final para os trabalhadores da Câmara Municipal, vítimas das negativas políticas governamentais. Só foi possível desenvolver toda a atividade municipal e corresponder aos anseios da população, graças ao seu esforço e empenho.

1 - ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1.1 - Identificação do Município

Município de Montemor-o-Novo

Largo Paços do Concelho, 7050-127 Montemor-o-Novo

Telefone (geral): 266898100 Fax 266877096

Email: cmontemor@cm-montemornovo.pt

NIF: 506609553

1.2. - Legislação (constituição, orgânica e funcionamento)

Executivo:

- **Presidente**

- Hortênsia do Anjos Chegado Menino

- **Vereadores**

- João Miguel Amaro Marques (Vice-Presidente)

- António Adriano Mateus Pinetra

- Palmira Rosa Bajuca Tomás Catarro

- Olímpio Manuel Vidigal Galvão

- Henrique José Leocádio Lopes

- Susana Raquel Vicente Mendes

- A Presidente e os Vereadores João Miguel Amaro Marques, António Adriano Mateus Pinetra e Palmira Rosa Bajuca Tomás Catarro exercem funções em regime de permanência.

- Não têm pelouros atribuídos os Vereadores Olímpio Manuel Vidigal Galvão, Henrique José Leocádio Lopes e Susana Raquel Vicente Mendes.

- A relação nominal dos responsáveis faz parte dos documentos em anexo.

- O Município não dispõe de serviços municipalizados.

- O Município não detém participações em empresas municipais.

1.3 - Estrutura organizacional efetiva

A Estrutura e Organização dos Serviços do Município de Montemor-o-Novo foi aprovada nos termos do artigo 25º da Lei nº 49/2012 de 29 de agosto tendo sido publicada nos Diários da República 2ª série n.ºs 20, 21 e 22 respetivamente de 29 e 30 de janeiro e 2 fevereiro, todos do ano de 2015.

O Regulamento do Sistema de Controlo Interno foi aprovado em 9 de outubro de 2002 ,encontrando-se desajustado quer da atual estrutura, quer das alterações decorrentes de atos legislativos, pelo que o município irá proceder à sua atualização em 2016.

1.4 - Descrição sumária das atividades

A atividade municipal centrou-se no cumprimento dos objetivos do plano sendo de destacar:

Ao nível de execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI)

O investimento municipal, assumido na ótica orçamental, totalizou no exercício de 2015 um montante de aproximadamente 3 milhões 779 mil euros, o que representa um acréscimo de 14,7% em relação a 2014 conforme justificado no ponto 3.9 do presente relatório.

Ao nível da execução do plano de atividades:

Ao longo do ano de 2015 foi concretizada uma despesa corrente de 12 milhões 850 mil euros, inferior em 1,8% a 2014 e que corresponde a uma taxa de execução de 92,69%, contra 86,80% em 2014. Justificado no ponto 3.6 do presente relatório.

As transferências correntes para as freguesias totalizaram aproximadamente 284 mil euros correspondendo a 2,21% das despesas correntes.

O apoio ao movimento associativo num montante de 884 mil euros representou 6,87% da despesa corrente e 5,21% da despesa total concretizada.

Pode-se também constatar o cumprimento da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, sendo que desde 31 de dezembro de 2014 o Município de Montemor-o-Novo não tem pagamentos em atraso.

1.5 - Recursos humanos

1.5.1. Estrutura

A 31 de dezembro de 2015 o total de trabalhadores era de 338. A grande maioria (98,2%) era pessoal com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Na mesma data existiam 4 contratos de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo e 2 trabalhadores nomeados em cargos afetos ao Gabinete de Apoio à Presidente e Vereação e ao Gabinete de Apoio às Freguesias.

Durante o ano de 2015 o Município de Montemor-o-Novo recebeu 1 trabalhador (Técnico Superior) em situação de mobilidade não tendo existido qualquer cedência de trabalhadores no mesmo regime.

Àquela data o mapa de pessoal encontrava-se preenchido com pessoal em funções de acordo com o seguinte quadro:

	Dirigente intermédio	Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informática	Outros	Total
Comissão de Serviço	0	0	0	0	0	0	0
CTFP por termo indeterminado	4	55	73	197	3	0	332
CTFP a termo resolutivo certo	0	0	0	4	0	0	4
CTFP a termo resolutivo incerto	0	0	0	0	0	0	0
CTFP a termo	0	0	0	0	0	0	0
Outra	0	0	0	0	0	2	2
Total	4	55	73	201	3	2	338

1.5.2. Evolução do número de trabalhadores por tipo de vínculo

Terminada a obrigatoriedade de redução de pessoal sucessivamente imposta pelos Orçamentos de Estado de 2012, 2013 e 2014 constata-se que a tendência de redução foi suspensa uma vez que o total de trabalhadores no final de 2015 é rigorosamente igual ao verificado no final de 2014.

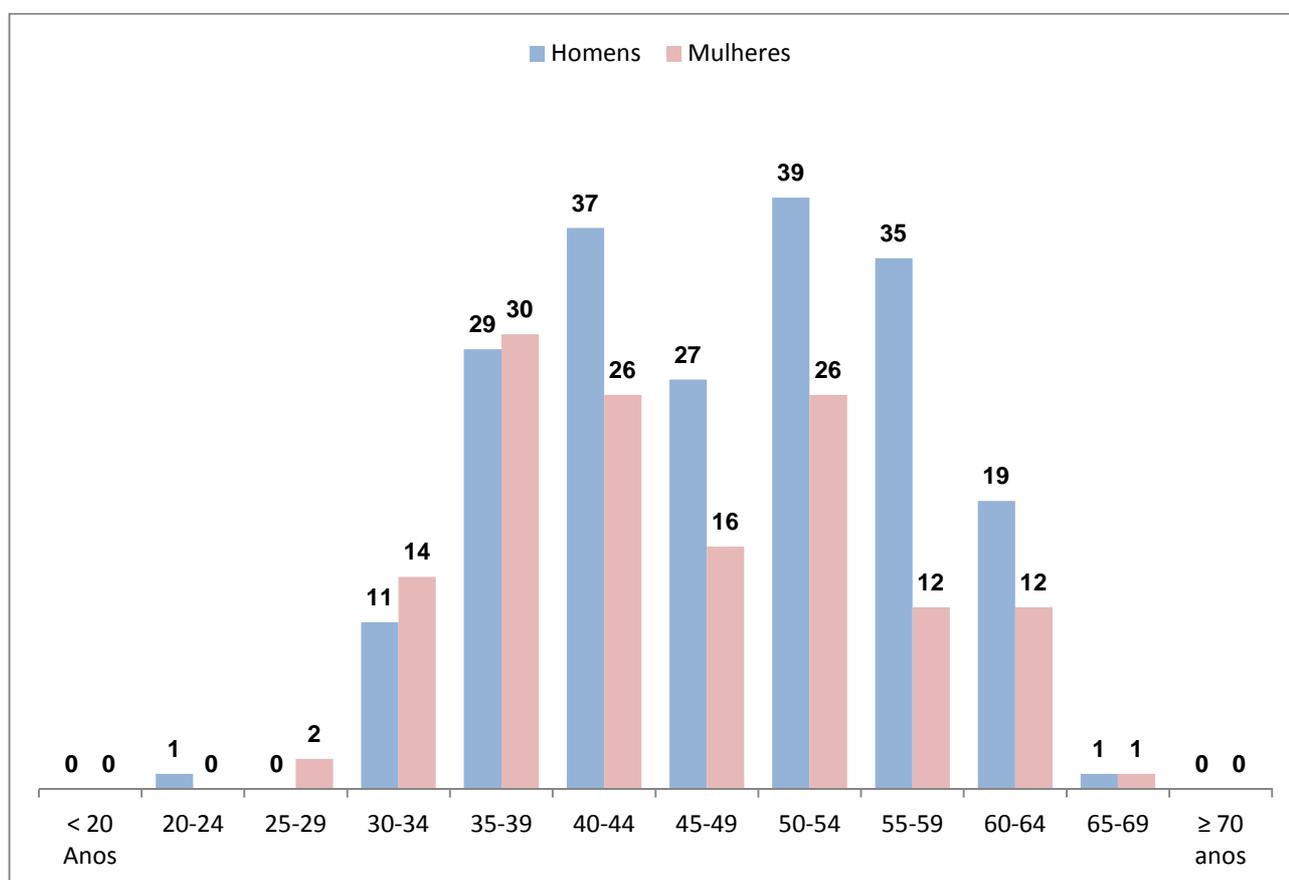
	2012	2013	2014	2015
Comissão de Serviço	0	0	0	0
CTFP por termo indeterminado	338	342	333	332
CTFP a termo resolutivo Certo	12	4	3	4
CTFP a termo resolutivo incerto	0	0	0	0
Outra	3	2	2	2
Total	353	348	338	338

1.5.3. Média de Idades e distribuição por género

A média de idades dos trabalhadores é de 47 anos. A distribuição por género tem-se mantido constante, com as mulheres a representarem, nos últimos anos, aproximadamente 40-41% do total dos trabalhadores.

	2012	2013	2014	2015
Homens	210	204	201	199
Mulheres	143	144	137	139
Total	353	348	338	338

Ainda que existam alguns grupos de trabalhadores nos escalões etários até aos 34 e depois dos 60 anos, aproximadamente 82% dos trabalhadores possuem idades compreendidas entre os 35 e os 59 anos.

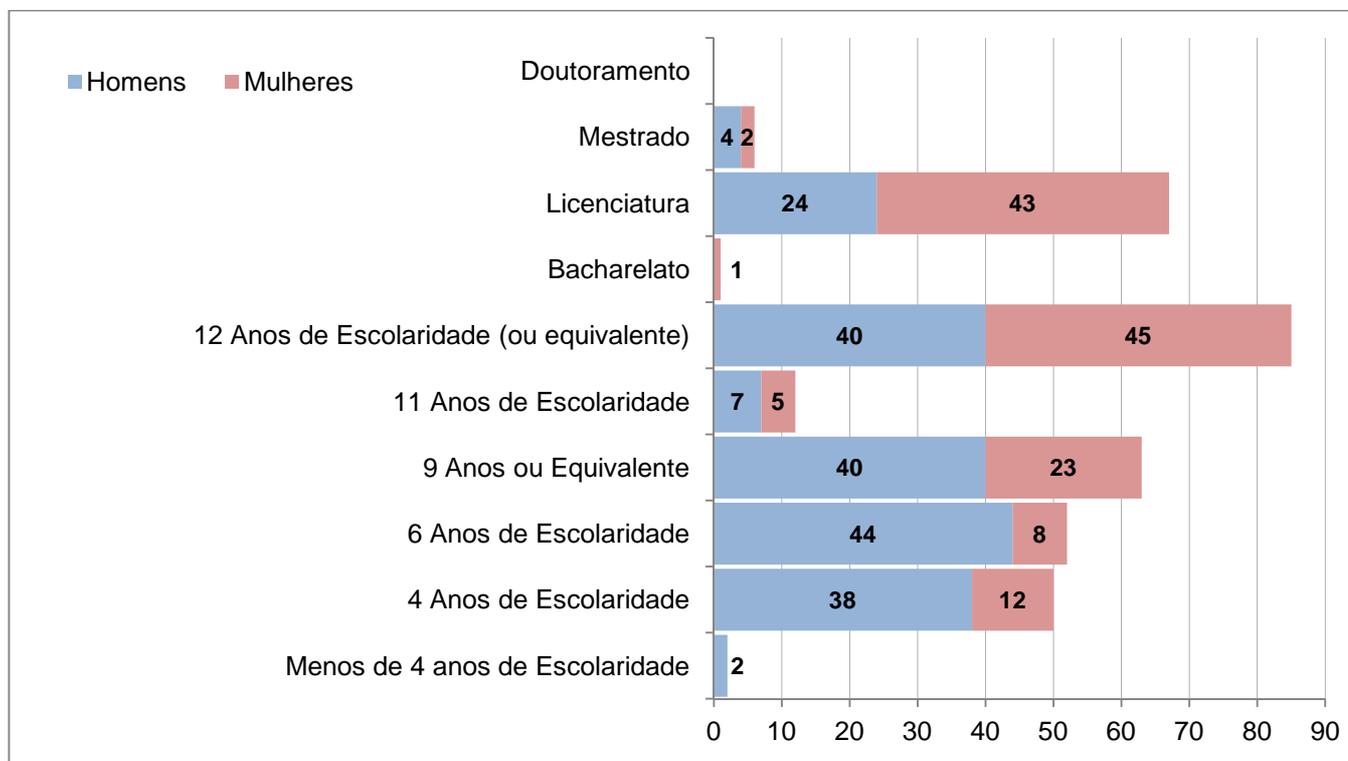


Uma análise em termos de carreiras (quadro seguinte) permite verificar que ao nível dos técnicos superiores, a maioria destes (65%) encontra-se nas faixas etárias entre os 35 e os 44 anos, já nos assistentes técnicos, destaca-se um grupo de cerca de 1/3 dos trabalhadores que se encontra nas idades compreendidas entre os 50 e os 54 anos. Relativamente aos assistentes operacionais, existe alguma homogeneidade nos escalões entre os 35 e os 64 anos.

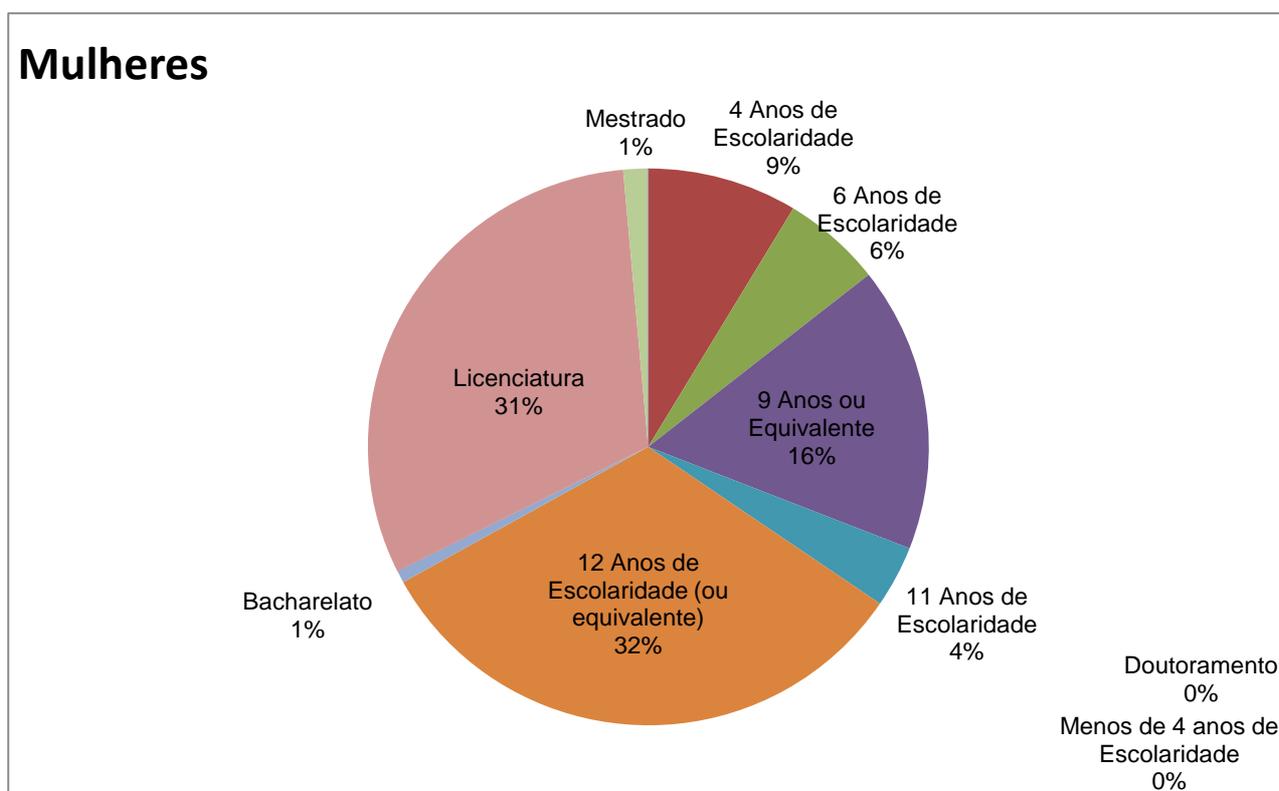
	Dirigente intermédio	Técnico superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informática	Outros	Total
Menos de 20 anos	0	0	0	0	0	0	0
20-24	0	0	0	1	0	0	1
25-29	0	0	1	1	0	0	2
30-34	0	4	10	10	0	1	25
35-39	1	19	14	24	1	0	59
40-44	0	15	9	36	2	1	63
45-49	0	5	8	30	0	0	43
50-54	0	6	23	36	0	0	65
55-59	2	3	5	37	0	0	47
60-64	1	3	2	25	0	0	31
65-69	0	0	1	1	0	0	2
70 ou mais anos	0	0	0	0	0	0	0
Total	4	55	73	201	3	2	338

1.5.4. Habilitações literárias

No que diz respeito a habilitações literárias, constata-se que cerca de 53% dos trabalhadores têm habilitações iguais ou inferiores ao 11.º ano, cerca de 25% têm habilitações ao nível do 12.º ano e aproximadamente 20% dos trabalhadores têm habilitações ao nível de curso superior. Os restantes cerca de 2% dos trabalhadores têm cursos ao nível do mestrado.

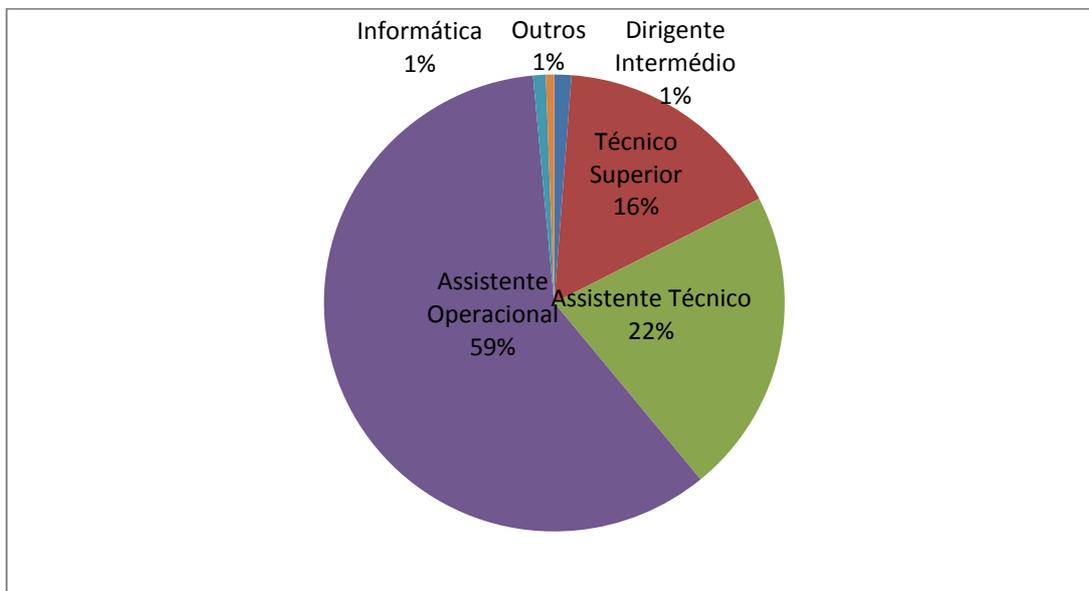


Relativamente ao género, os gráficos seguintes permitem verificar que, em proporção, as mulheres têm habilitações superiores aos homens.

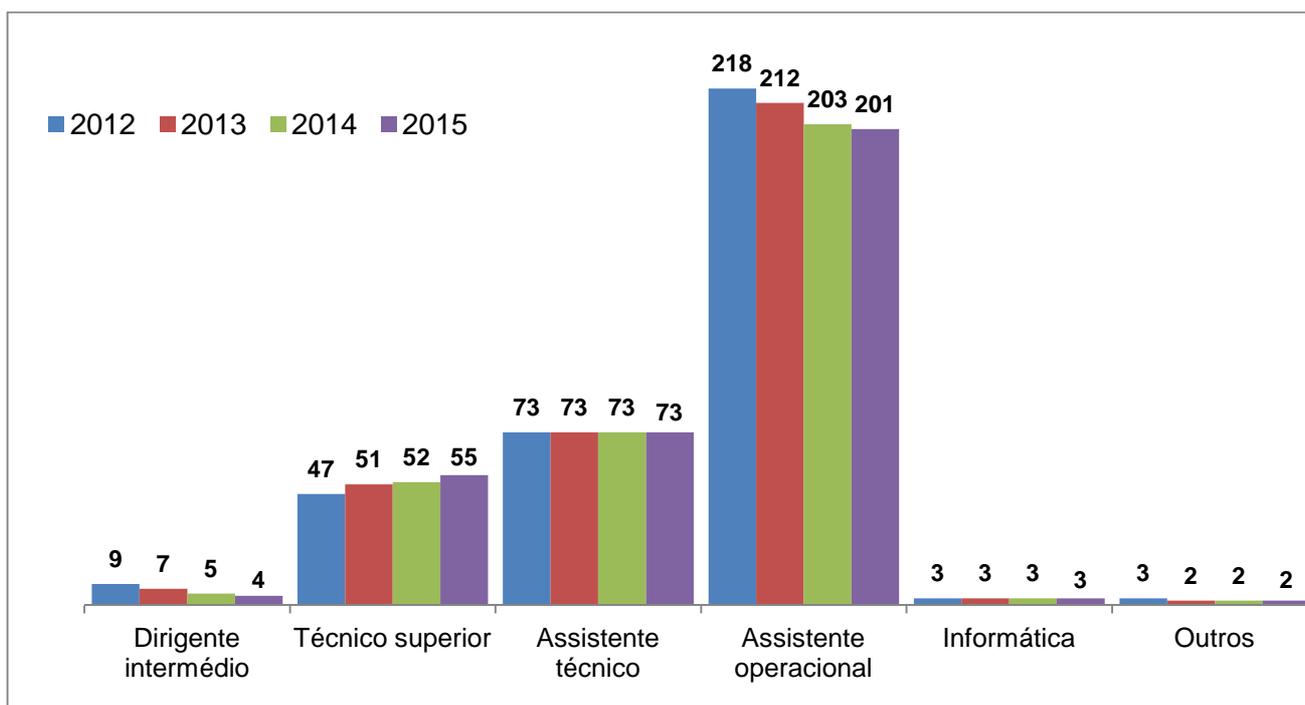


1.5.5. Estrutura profissional

A estrutura profissional do Município de Montemor-o-Novo é constituída predominantemente pelos três grupos das carreiras gerais da função pública: Assistente Operacional, com 59% dos trabalhadores, Assistente Técnico com 22% dos trabalhadores e Técnico Superior, com 16% dos trabalhadores.



Comparativamente com os anos anteriores, constata-se um aumento de trabalhadores afetos à carreira de técnico superior. Tal acréscimo resulta da integração nas carreiras de origem dos dirigentes que cessaram a sua comissão de serviço por força da reorganização dos serviços municipais e da admissão de 1 trabalhador em regime de mobilidade conforme referido anteriormente. A redução efetiva de trabalhadores tem ocorrido na carreira de assistente operacional quase que exclusivamente pela via da aposentação.



1.5.6. Formação

Do plano de formação desenvolvido ao longo do ano de 2015 há que realçar os seguintes aspetos essenciais:

- Uma taxa de participação em formação profissional (total de participantes *100/ total de efetivos) de 9%;
- Uma distribuição por género de 5,3% de mulheres e 3,6 % de homens;
- Uma participação mais elevada ao nível da carreira técnica superior (65% do total de participações);
- Um total de 1.725,5 horas de formação, correspondente a uma taxa média de 5 horas de formação por trabalhador,
- Opção pela formação contínua, externa e em horário laboral.

De acordo com o quadro seguinte, realizaram-se 25 ações, distribuídas por diversas áreas de formação e em que participaram 43 formandos.

Áreas de formação	Nº Ações	Nº Formandos
Ambiente	7	11
Ação social /educativa	2	4
Bibliotecas públicas	1	1
Direito administrativo	4	9
Gestão financeira e contabilidade autárquica	1	3
Gestão de pessoas	2	2
Gestão territorial e urbanismo	2	4
Higiene saúde e segurança no trabalho	1	1
Prevenção rodoviária	1	2
Qualidade da água e gestão de recursos hídricos	1	1
Outras	3	5
Total	25	43

No ano de 2015 foram realizadas 482 horas de formação. Em termos duração verifica-se que 24 ações tiveram menos de 30 horas de duração e apenas 1 ação teve 30 ou mais horas de duração.

Indicadores	Nº ações	Nº total horas de formação
Menos de 30 horas	24	412
De 30 a 59 horas	1	70h
Total	1	154

Relativamente às despesas com formação profissional, a despesa total anual da autarquia, durante o ano de 2015, foi de 7 742,00 (sete mil setecentos e quarenta e dois) euros.

Nos termos do artigo 62º o município de Montemor-o-Novo, ficou impedido de aumentar as despesas com pessoal (encontra-se em situação de desequilíbrio mas com um montante de despesas com pessoal superiores a 35% da média da receita corrente líquida dos últimos 3 exercícios). Este impedimento foi integralmente cumprido já que as despesas com pessoal foram reduzidas em 145.457 euros.

1.6 - Organização contabilística

Aplicação do POCAL – Regime Completo.

Conforme referido em relatórios anteriores as demonstrações financeiras do município encontravam-se influenciadas pelo facto do balanço não incluir parte significativa do património, não refletir totalmente as amortizações desses bens, manter um elevado valor de investimento em curso apesar de concluídos e em funcionamento, não refletir a especialização dos financiamentos comunitários por corte na conta 274 / “Proveitos diferidos” – 2745 / “Subsídios para investimento”

Durante o exercício de 2015 foi reconciliado o inventário inicial e de incremento com a contabilidade passando esses valores a estar refletidos no balanço e nas demonstrações financeiras.

Assim, em 2015 a introdução destes valores no balanço conduziram a correção nas contas 51 e 59 nos valores respetivamente de 91.608.763,49 euros e de 27.743.585,84 euros

Apesar do desenvolvimento desta enorme tarefa a mesma não ficou concluída, nomeadamente no que se refere á passagem de parte substancial de imobilizações em curso para imobilizado firme já que se trata de um procedimento que exige a revisitação a processos, alguns deles com vários anos. O mesmo sucede com a plena afetação dos financiamentos comunitários a bens de investimento.

Assim, apesar das correções significativas no balanço e demonstrações financeiras que decorreram destes ajustamentos os mesmos só ficarão plenamente concluídos no exercício de 2016

Não existe descentralização contabilística.

Foi aplicado o princípio de especialização do exercício, procedendo-se ao corte nas operações patrimoniais.

Quadro de Acréscimos e Diferimentos

Un: Euro	
ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS	
Juros a receber	42,59
Impostos municipais	164.994,46
Venda Bens e Serviços / Água Dezembro 2015	109.435,91
Outros Acréscimos de Proveitos	45.201,67
Total	319.674,63
PROVEITOS DIFERIDOS	
Rendas	1.634,99
CUSTOS DIFERIDOS	
Rendas	350,00
Seguros	25.824,38
Outros custos diferidos	0,00
Total	26.174,38
ACRÉSCIMOS DE CUSTOS	
Remunerações a liquidar	623.506,18
Juros a liquidar	415,65
Tribunal de Contas	90.115,17
Outros acréscimos de custos	77.977,95
Total	792.014,95

O valor de acréscimos de proveitos refere-se aos proveitos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja receita só venha a obter-se em exercício(s) posterior(es), caso dos impostos municipais, faturação de água referente a dezembro de 2015 (109.435,91 euros) e outros acréscimos de proveitos (juros de mora e juros compensatórios de impostos de 2015 recebidos em 2016, correcção da taxa de recursos hídricos, e crédito emitido por “Águas Públicas do Alentejo” no montante de 40.306,64 euros respeitante a desvio de tarifários).

O valor dos acréscimos de custos refere-se aos custos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa e cuja despesa só venha a ocorrer em exercício(s) posterior(es). São de referir, as remunerações a liquidar, os juros dos empréstimos bancários. Os acréscimos de custos incluem ainda os emolumentos a pagar ao Tribunal de Contas pela apreciação das Contas de Gerência de 2004 e 2005 e de 2007 a 2015 no valor acumulado de 90.115,17. O valor referente aos outros acréscimos de custos inclui faturas emitidas pelos fornecedores em 2016 mas respeitantes a fornecimentos de serviços ocorridos em 2015 (gás piscinas, telecomunicações, energia elétrica...).

Outros elementos da conta

Foi efetuada a reconciliação bancária relativa aos movimentos efetuados nas contas 12 e foi efetuada por amostragem a reconciliação com extratos de fornecedores.

A execução do orçamento apresenta um excedente corrente de 2.290.264,32 euros, conforme se pode verificar no Mapa de Fluxos de Caixa em anexo. Valor significativamente superior à amortização média dos empréstimos garantindo, assim, com enorme segurança o cumprimento do artigo 40º da Lei 73/2013

No exercício foram contabilizados 69.528,28 euros de reembolsos e restituições, dando assim cumprimento ao princípio da materialidade.

Foram respeitados os **princípios contabilísticos** da entidade contabilística, da continuidade, da consistência, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação.

O património encontra-se registado e atualizado pelo CIBE - Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, utilizando as taxas de amortização aí estabelecidas.

1.7 - Outras informações relevantes

Nada a assinalar

2 - Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados

2.1 - Derrogações

Não se registou qualquer derrogação verificando-se consistência com os exercícios anteriores e correspondendo o balanço e a demonstração de resultados à situação real do ativo, do passivo e dos resultados do município de Montemor-o-Novo.

2.2 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Os resultados não são comparáveis, pois as alterações patrimoniais relevantes já explicadas na introdução não permitem uma comparabilidade direta entre exercícios

2.3 – Critérios valorimétricos utilizados

Conforme referido anteriormente não foi possível concluir o processo da associação de bens do imobilizado nos históricos dos financiamentos. As correções ao imobilizado só ocorrerão em 2016.

2.4 – Cotações de resultados originariamente expressos em moeda estrangeira

Não se aplica;

2.5 - Situações em que o resultado do exercício foi afetado

Por valorimetrias diferentes – não se aplica

Por amortizações do ativo imobilizado, superiores às adequadas – não se aplica

Por provisões extraordinárias respeitantes ao ativo – não se aplica

2.6 - Comentário às contas

Os valores constantes no balanço dizem integralmente respeito a projetos cuja discriminação se encontra nos mapas anexos às demonstrações financeiras

2.7 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado, constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões

Os quadros de ativo bruto e de amortizações fazem parte do presente documento. Sobre o assunto vide justificação constante da parte inicial do ponto 1.6 deste relatório.

O resumo é o seguinte:

ATIVO BRUTO

Un: Euro

Rúbricas	Saldo Inicial	Reavaliação/ Ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferênc. e abates	Saldo Final
41 INVESTIMENTOS FINANCEIROS	859.797,72	0,00	0,00	0,00	0,00	859.797,72
41.2 Obrigações e títulos de participação	859.797,72	0,00	0,00	0,00	0,00	859.797,72
42 IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	47.984.951,27	0,00	2.730.367,15	0,00	0,00	50.715.318,42
42.1 Terrenos e recursos naturais	14.620.773,83	0,00	0,00	0,00	0,00	14.620.773,83
42.2 Edifícios e outras construções	25.840.476,23	0,00	2.418.238,09	0,00	0,00	28.258.714,32
42.3 Equipamento básico	2.023.998,82	0,00	116.202,28	0,00	0,00	2.140.201,10
42.4 Equipamento transporte	2.635.918,79	0,00	72.250,01	0,00	0,00	2.708.168,80
42.5 Ferramentas e utensílios	188.922,75	0,00	4.917,45	0,00	0,00	193.840,20
42.6 Equipamento administrativo	2.552.076,02	0,00	112.939,32	0,00	0,00	2.665.015,34
42.7 Taras e vasilhame						
42.9 Outras imobilizações corpóreas	122.784,83	0,00	5.820,00	0,00	0,00	128.604,83
43 IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	375.459,22	0,00	101.127,30	0,00	0,00	476.586,52
43.1 Despesas de instalação	11.070,00	0,00	86.100,00	0,00	0,00	97.170,00
43.2 Despesas de investigação e de desenvolvimento	0,00	0,00	2.618,08	0,00	0,00	2.618,08
43.3 Propriedade industrial e outros direitos	364.389,22	0,00	12.409,22	0,00	0,00	376.798,44
43.9 Outras Imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44 IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	9.473.828,12	0,00	1.191.276,46	0,00	4.051.537,30	6.613.567,28
44.2 Imobilizações em curso de imobilizações corpóreas	3.432.808,58	0,00	1.134.237,53	0,00	2.600.747,67	1.966.298,44
44.5 Imobilizações em curso de bens do domínio público	6.041.019,54	0,00	57.038,93	0,00	1.450.789,63	4.647.268,84
45 BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	68.441.356,79	0,00	93.485,93	0,00	0,00	68.534.842,72
45.1 Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	35.064,19	0,00	0,00	35.064,19
45.3 Outras construções e infra-estruturas	68.375.457,66	0,00	57.971,74	0,00	0,00	68.433.429,40
45.5 Bens do património histórico, artístico e cultural	65.899,13	0,00	450,00	0,00	0,00	66.349,13
Total	127.135.393,12	0,00	4.116.256,84	0,00	4.051.537,30	127.200.112,66

2.8 - Descrição do ativo imobilizado

Amortizações do exercício e acumuladas

Os respetivos mapas do ativo bruto e amortizações encontram-se discriminados por conta patrimonial, bem, valor de aquisição, valor líquido, vida útil e amortizações, no conjunto de mapas anexos às demonstrações financeiras que fazem parte integrante do presente documento.

Amortizações e provisões

Un: Euro

Rúbricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
Investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações corpóreas	9.211.551,26	474.325,83	0,00	9.685.877,09
Imobilizações incorpóreas	341.480,32	43.857,55	0,00	385.337,87
Bens de domínio público	11.476.069,09	324.913,62	0,00	11.800.982,71
Provisões p/ investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	21.029.100,67	843.097,00	0,00	21.872.197,67

2.9 - Custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, e que tenham sido capitalizados nesse período.

No exercício, não houve recurso a empréstimos, quer de médio e longo prazo, quer de curto prazo.

Deste modo, o mapa de empréstimos evidencia os empréstimos contraídos em exercícios anteriores e os empréstimos excecionados.

O valor em dívida a 1 de janeiro de 2015 era de 1.379.188,47 euros.

Em 2015, os encargos referentes a amortizações foram de 319.448,56 euros e os respeitantes a juros totalizaram 2.384,15 euros

A dívida a 31 de dezembro de 2015 perfazia 1.059.739,91 euros.

O mapa de empréstimos faz parte integrante dos documentos em anexo.

2.10 – Diplomas legais nos termos em que se baseou a reavaliação dos bens do imobilizado

Não se procedeu a qualquer reavaliação do imobilizado.

2.11 - Quadro discriminativo das reavaliações

Não aplicável.

2.12 - Imobilizações corpóreas e em curso

Os valores das imobilizações corpóreas e em curso, encontram-se discriminados nos respetivos mapas que fazem parte da conta e do relatório de gestão

Não existem imobilizações reversíveis.

O município não procede à capitalização de juros durante o período de imobilização em curso dos investimentos.

2.13 - Bens utilizados em regime de locação financeira

Durante o exercício de 2014 não foram adquiridos novos bens em regime de locação financeira.

O valor em dívida corresponde ao valor das prestações de 1 bem (autocarro), no montante total de 74.031,84 euros.

2.14 - Bens do imobilizado

Para além das peças de arte integradas no património municipal, encontram-se por valorizar alguns bens móveis e máquinas de pequeno valor integradas no inventário inicial.

2.15 - Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização

Para além dos elementos atrás descritos, não estão amortizados, os bens não sujeitos a amortização, terrenos e bens do património histórico.

2.16 - Entidades participadas

Entidades Societárias

Não existem

Entidades não Societárias

	NPC	CD Jurídico	CAE	Contribuição anual	Un: Euro Data constituição
Associação Nacional dos Municípios Portugueses	501627413	AM	94110	4.756,00	30-03-1985
Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	502131047	AMFE	91333		22-07-1988
Associação de Municípios do Alto Alentejo para o Ambiente	506425339	AMFE	38212		10-10-2003
Associação de Municípios Gestão Pública Água do Alentejo	509693342	AM	36001		25-09-2009
Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central	509364390	AM	84113	71.007,60	03-08-2008

2.17 - «Títulos negociáveis» e «Outras aplicações de tesouraria»

Não existem.

2.18 - Discriminação da conta «Outras aplicações financeiras», com indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades, valores nominais e valores de balanço.

Não existem.

2.19 - Indicação global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.

Não existem.

2.20 – Atribuição de valor inferior – Ativo circulante

Não existem.

2.21 - Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

Não existem.

2.22 - Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros

Como anteriormente referido, o município continua a implementar um conjunto de aplicações informáticas e a regularizar a informação e integração entre elas, bem como o registo das dívidas de cobrança duvidosa em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros.

2.23 - Valor global das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia local

Não existem.

2.24 - Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com indicação dos direitos que conferem

Não existem.

2.25 – Dívidas ao Estado em situação de mora

Não existem.

2.26 – Garantias e caucões prestadas

Encontram-se discriminadas no mapa de contas de ordem, contas da classe 0;

O saldo inicial de 2015 apresentava um montante de 629.364,93 euros de caucões e garantias por fornecedores de imobilizado e outras aquisições. Durante o exercício foram prestadas 252.697,03 euros de caucões sobre empreitadas e outras aquisições de imobilizado e, durante o mesmo período foram devolvidas caucões no valor de 328.441,32 euros.

2.27 – Provisões acumuladas

Não se registaram movimentos no exercício.

2.28 - Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 «Fundo patrimonial», constantes do balanço.

Os movimentos ocorridos na classe 5 resultaram para além do incremento respeitante ao Resultado Líquido do Exercício de 2014 do acréscimo resultante de todas as correções ao património já relatadas.

2.29 - Custo de mercadorias e de matérias-primas

Custo das Matérias Primas Vendidas e Consumidas

Un: Euro

	Matérias Primas	Matérias subsidiárias	Outros	Total
Existências iniciais	33.977,83	147.273,46	144.875,61	326.126,90
Compras	14.781,32	34.459,11	79.620,12	128.860,55
Regularizações de existências	-833,56	-39.203,57	831,56	-39.205,57
Existências finais	34.394,12	108.321,11	146.214,13	288.926,36
CUSTO NO EXERCÍCIO	13.531,47	34.207,89	79.113,16	126.852,52

Ainda que com a utilização da aplicação de Armazéns ainda numa fase inicial foi possível apurar os custos das matérias primas, subsidiárias e outros constantes do quadro anteriormente apresentado.

2.30 - Demonstrações das variações de produção

Não existem;

2.31 – Demonstração dos resultados

Código		2015	2014	2013	2012
Custos e perdas					
61	C M V M C	126.852,52	603.467,02	37.789,01	48.933,26
62	Fornecimentos e serviços externos	3.945.353,39	4.471.480,97	4.790.413,05	5.373.581,02
641+642	Remunerações	5.005.065,85	5.068.719,33	5.075.346,16	5.476.688,86
643 a 648	Encargos sociais	1.400.344,89	1.604.537,96	1.436.181,30	1.053.517,59
66	Amortizações	843.097,00	1.023.683,08	589.198,44	538.869,91
67	Provisões do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00
63	Transferência / subsídios concedidos	1.434.159,53	1.454.931,92	1.419.140,22	1.011.013,23
65	Outros custos / Perdas operacionais	494.969,95	120.265,98	28.773,91	4.748,32
	(A)	13.249.843,13	14.347.086,26	13.376.842,09	13.507.352,19
68	Custos / Perdas Financeiros	27.683,39	99.327,17	37.883,28	60.346,71
	(C)	13.277.526,52	14.446.413,43	13.414.725,37	13.567.698,90
69	Custos / Perdas Extraordinários	1.286.271,22	938.023,27	818.925,44	498.922,14
	(E)	14.563.797,74	15.384.436,70	14.233.650,81	14.066.621,04
88	Resultados líquidos do exercício	1.812.965,24	223.906,42	1.725.575,90	1.869.507,17
	Total	16.376.762,98	15.608.343,12	15.959.226,71	15.936.128,21
Proveitos e ganhos					
71	Vendas / Prestações de serviços	2.003.524,64	1.409.797,13	1.748.529,12	1.808.862,24
72	Impostos e taxas	2.265.033,32	2.487.426,49	2.394.942,56	2.435.030,38
75	Trabalhos / Própria entidade	0,00	0,00	0,00	0,00
73	Proveitos suplementares	11.777,96	9.502,21	15.547,59	0,00
74	Transferências / Subsídios obtidos	10.769.967,09	10.266.651,13	10.503.093,89	10.240.300,35
76	Outros proveitos / Ganhos operacionais	9.544,83	3.092,07	11.013,80	488.501,65
	(B)	15.059.847,84	14.176.469,03	14.673.126,96	14.972.694,62
78	Proveitos / Ganhos Financeiros	1.065.789,85	1.172.625,79	1.088.519,33	783.716,73
	(D)	16.125.637,69	15.349.094,82	15.761.646,29	15.756.411,35
79	Proveitos / Ganhos extraordinários	251.125,29	259.248,30	197.580,42	179.716,86
	(F)	16.376.762,98	15.608.343,12	15.959.226,71	15.936.128,21
	Total	16.376.762,98	15.608.343,12	15.959.226,71	15.936.128,21

RESUMO

Resultados operacionais =(B)-(A)	1.810.004,71	-170.617,23	1.296.284,87	1.465.342,43
Resultados financeiros =[(D-B)]-[(C-A)]	1.038.106,46	1.073.298,62	1.050.636,05	723.370,02
Resultados correntes =(D)-(C)	2.848.111,17	902.681,39	2.346.920,92	2.188.712,45
Resultado líquido do exercício = (F)-(E)	1.812.965,24	223.906,42	1.725.575,90	1.869.507,17

A demonstração de resultados apresenta a comparação entre os anos 2012 e 2015

A rubrica CMVMC encontra-se desenvolvida no ponto 2.29 do presente relatório.

O valor das amortizações encontra-se espelhado no quadro constante do ponto 2.8 do presente relatório.

Ao nível dos proveitos e ganhos constata-se um acréscimo de aproximadamente 5,0% em comparação com 2014 resultante, no seu essencial, do acréscimo ocorrido na rubrica de “Prestações de serviços”.

O resultado líquido de exercício foi de 1.812.965,24 euros, sendo que a proposta de aplicação é a constante do ponto se encontra no ponto 5 deste relatório.

Demonstração de Resultados Financeiros

Código	Custos e perdas	Exercício		Código	Proveitos e ganhos	Exercício	
		2015	2014			2015	2014
681	Juros suportados	16.130,18	90.838,83	681	Juros obtidos	258,58	563,26
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	682	Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	683	Rendimentos de imóveis	1.065.531,27	1.172.062,53
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	684	Rendimentos de participações de capital	0,00	0,00
685	Diferenças de câmbios desfavoráveis	0,00	0,00	685	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicaç. tesouraria	0,00	0,00	687	Ganhos na alienação de aplicaç. tesouraria	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiras	11.553,21	8.488,34	688	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00
RESULTADOS FINANCEIROS		1.038.106,46	1.073.298,62				
Total		1.065.789,85	1.172.625,79	Total		1.065.789,85	1.172.625,79

Quanto aos resultados financeiros verifica-se que em 2015 o resultado foi de 1.038.106,46 euros. Considerando que em 2014 os mesmos tinham atingido o montante 1.073.298,62 euros, não se verificou uma variação significativa.

2.32 - Demonstração de resultados extraordinários

No que diz respeito aos resultados extraordinários passaram de um resultado de -678.774,97 euros em 2014 para -1.035.145,93 euros em 2015.

Código Contas	Custos e perdas	Exercício		Código Contas	Proveitos e ganhos	Exercício	
		2015	2014			2015	2014
691	Transferências de capital concedidas	1.011.287,92	894.799,41	791	Restituição de impostos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	92.929,18	22.005,06	793	Ganhos em existências	0,00	0,00
694	Perdas em imobilizações	0,00	0,00	794	Ganhos em imobilizações	106.224,57	75.142,28
695	Multas e penalidades	5.930,68	16.166,17	795	Benefícios em penalidades contratuais	24.737,65	3.665,37
696	Aumentos de amortizações e provisões	0,00	0,00	796	Reduções de amortizações e provisões	0,00	0,00
697	Correções relativas a exercícios anteriores	408,87	4.734,66	797	Correções relativas a exercícios anteriores	17.409,89	94.631,50
698	Outros custos e perdas extraordinárias	175.714,57	317,97	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	102.753,18	85.809,15
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS		-1.035.145,93	-678.774,97				
Total		251.125,29	259.248,30	Total		251.125,29	259.248,30

3 - Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução

3.1. Evolução do orçamento

Os montantes orçados e realizados entre 2012 e 2015 apresentam a seguinte evolução:

Ano	Receita				Despesa			
	Orçam. Inicial	Orçam. Final	Execução	% Exec	Orçam. Inicial	Orçam. Final	Execução	% Exec
2012	25.999.271,00	26.510.186,46	18.115.239,33	68,33	25.999.271,00	26.510.186,46	17.233.813,77	65,01
2013	24.730.420,00	26.322.761,02	18.264.142,29	69,39	24.730.420,00	26.322.761,02	17.899.342,80	68,00
2014	20.377.463,00	20.777.549,20	17.032.012,69	81,97	20.377.463,00	20.777.549,20	16.715.338,47	80,45
2015	20.344.988,10	19.930.000,00	17.303.110,36	86,62	20.344.985,10	19.930.000,00	16.951.581,87	85,06

No que respeita à evolução do orçamento municipal nos últimos quatro anos, constata-se que o ano de 2013 em termos de valores absolutos foi o melhor ano, quer na arrecadação de receita, quer na realização de despesa, no entanto o ano de 2015 revelou-se o ano mais eficiente uma vez que a percentagem de execução da receita ultrapassou os 86%.

É ainda possível verificar que, entre 2012 e 2015 a receita registou um decréscimo superior a 812 mil euros (4,5%). Igual tendência se verificou na despesa com uma diminuição, nos 4 anos em análise, superior a 282 mil euros (1,65%).

3.2. Análise geral

	Receita				Despesa			
	Orç. Inicial	Orç. Final	Execução	% Exec.	Orç. Inicial	Orç. Final	Execução	% Exec.
Corrente	17.753.313,00	17.001.058,69	15.073.871,29	88,66	13.123.908,41	13.867.344,56	12.853.179,25	92,69
Capital	2.591.175,10	2.591.175,10	1.874.602,97	72,35	7.221.076,69	6.062.655,44	4.098.402,62	56,76
Outras	500,00	337.766,21	354.636,10	104,99				
Total	20.344.988,10	19.930.000,00	17.303.110,36	86,82	20.344.985,10	19.930.000,00	16.951.581,87	85,06

O Orçamento Municipal para 2015 contemplava um valor global de aproximadamente 20 milhões 345 mil euros. Ao longo do ano foram feitas 35 alterações orçamentais e uma revisão destinada a incorporar o saldo da gerência do ano anterior no montante de 337.266,21 euros. Por força das alterações e revisão orçamentais mencionadas o valor global do orçamento no final do ano perfazia 19 milhões 930 mil euros.

O valor da receita cobrada (saldo da gerência anterior incluído) atingiu os 17.303.110,36 euros e a despesa de 16.951.581,87 euros tendo a receita realizada superado a a despesa realizada em 351 528,49 euros.

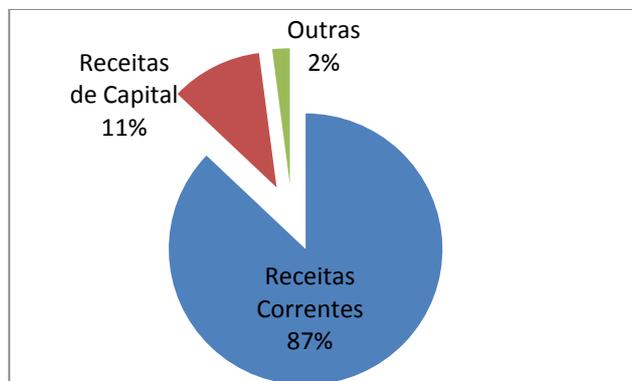
As taxas de execução da receita e da despesa atingiram respetivamente 86,82% e 85,06%

3.3. Receita

Analisando mais em pormenor a execução das receitas, podemos verificar que à exceção dos “Rendimentos de propriedade” e das “Outras receitas de capital” cuja execução ficou algo aquém do esperado. Em todos os outros casos a execução ficou próximo do previsto num orçamento cuja receita real foi 86,82% do previsto o que revela um sentido de gestão rigorosa e responsável.

Designação	Orç. Inicial	Orç. Final	Execução	% Exec.
Un: Euro				
Receitas Correntes	17.753.313,00	17.001.058,69	15.073.871,29	88,66
Impostos diretos	2.891.000,00	2.461.000,00	2.174.882,20	88,37
Impostos indiretos	45.100,00	45.100,00	36.328,27	80,55
Taxas, multas e outras penalidades	105.500,00	105.500,00	102.040,56	96,72
Rendimentos de propriedade	1.502.000,00	1.352.000,00	896.683,80	66,32
Transferências correntes	9.736.513,00	9.736.513,00	9.793.569,61	100,59
Vendas de bens e serviços correntes	3.319.700,00	3.147.445,69	1.944.080,91	61,77
Outras receitas correntes	153.500,00	153.500,00	126.285,94	82,27
Receitas de Capital	2.591.175,10	2.591.175,10	1.874.602,97	72,35
Venda de bens de investimento	26.500,00	26.500,00	53.624,53	202,36
Transferências de capital	2.498.424,07	2.498.424,07	1.782.514,59	71,35
Ativos financeiros	500,00	500,00	839,40	167,88
Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	
Outras receitas de capital	65.751,03	65.751,03	37.624,45	57,22
Outras receitas	500,00	337.766,21	354.636,10	104,99
Total	20.344.988,10	19.930.000,00	17.303.110,36	86,82

A distribuição das receitas por natureza económica (gráfico seguinte) reflete a situação da grande maioria das autarquias ou seja uma grande dependência das receitas correntes. As receitas correntes representam 87% do total das receitas enquanto as receitas de capital apenas representam 11%. As outras receitas onde se inclui o saldo da gerência anterior representam 2%.



Estrutura das Receitas

Uma análise à evolução das receitas nos últimos 5 anos permite (em relação às rubricas com maior peso na estrutura das receitas) constatar que:

- Os impostos diretos tiveram um crescimento moderado entre 2011 e 2014 seguido de um decréscimo no ano de 2015 resultante no seu essencial de uma queda de receitas ao nível do IMT e do IMI como se poderá ver mais à frente;

- As transferências correntes (que incluem FEF e outras transferências do Estado) apresentaram um aumento de aproximadamente 3 milhões de euros devido quase exclusivamente ao aumento verificado no FEF;

- A diminuição das transferências de capital num montante de aproximadamente 2 milhões 336 mil euros resulta no seu essencial da diminuição ocorrida no FEF / Capital que passou de 3 milhões 443 mil euros em 2012 para 950 mil euros em 2015.

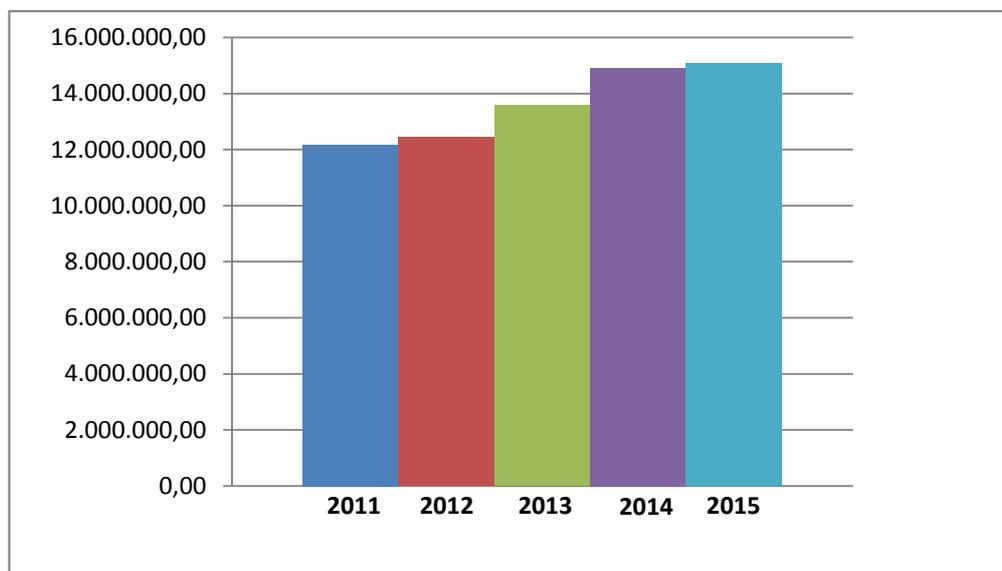
Importa salvaguardar que o acréscimo verificado no FEF/Corrente motivado por alterações introduzidas no critério de distribuição desta receita pelos municípios está associado a uma redução de montante semelhante no FEF/Capital pelo que, na prática e em termos globais, houve um aumento reduzido de receitas.

Un: Euro

Designação	2011	2012	2013	2014	2015	Variação 2011-2015	
						V. absoluta	%
Receitas Correntes	12.170.745,37	12.440.830,21	13.575.463,67	14.911.930,71	15.073.871,29	2.903.125,92	23,85
Impostos diretos	2.239.373,52	2.340.687,11	2.356.382,39	2.512.362,60	2.174.882,20	-64.491,32	-2,88
Impostos indiretos	78.154,43	62.141,32	36.974,60	35.301,56	36.328,27	-41.826,16	-53,52
Taxas, multas e outras penalidades	138.782,97	82.832,95	82.386,92	115.697,71	102.040,56	-36.742,41	-26,47
Rendimentos de propriedade	1.046.932,19	783.716,73	828.661,11	1.332.890,76	896.683,80	-150.248,39	-14,35
Transferências correntes	6.938.443,37	6.788.725,51	8.577.070,98	9.293.943,80	9.793.569,61	2.855.126,24	41,15
Venda de bens e serviços correntes	1.577.928,75	1.838.463,76	1.536.278,80	1.460.907,78	1.944.080,91	366.152,16	23,20
Outras receitas correntes	151.130,14	544.262,83	157.708,87	160.826,50	126.285,94	-24.844,20	-16,44
Receitas de Capital	4.125.644,83	5.673.534,33	3.293.639,47	1.625.364,28	1.874.602,97	-2.251.041,86	-54,56
Venda de bens de investimento	360,84	6.074,29	49.429,89	31.368,79	53.624,53	53.263,69	14.761,03
Transferências de capital	4.118.073,63	5.649.800,66	3.190.049,46	1.592.495,49	1.782.514,59	-2.335.559,04	-56,71
Ativos financeiros	7.210,36	1.792,38	9.915,11	1.500,00	839,40	-6.370,96	-88,36
Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras receitas de capital	0,00	15.867,00	44.245,01	0,00	37.624,45	37.624,45	#DIV/0!
Reposições	4.245,12	874,79	2.698,13	94.631,50	17.369,89	13.124,77	309,17
Saldo da gerência anterior	995.529,15	1.097.311,34	1.392.341,02	400.086,20	337.266,21	-658.262,94	-66,12
Total	17.296.164,47	19.212.550,67	18.264.142,29	17.032.012,69	17.303.110,36	6.945,89	0,04

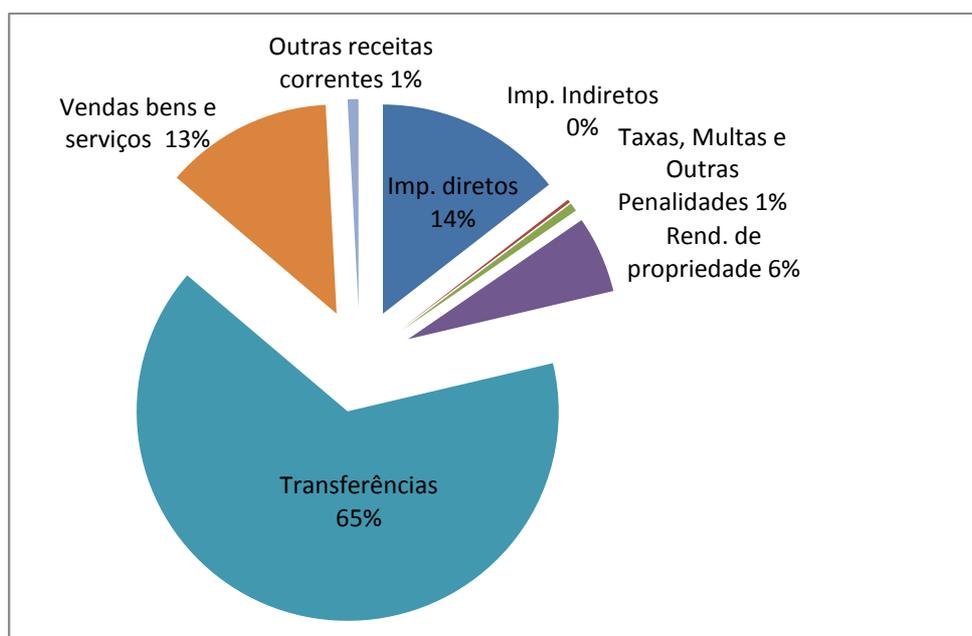
3.4. Receitas correntes

A receita corrente apresentou um acréscimo de 162 mil de euros em relação a 2014 e um aumento de aproximadamente 2 milhões e 900 mil euros quando comparada com a receita corrente arrecadada em 2011.



Evolução das Receitas Correntes

Uma análise da estrutura das receitas correntes permite avaliar com facilidade a enorme dependência das transferências do orçamento de estado (65%) ainda que os impostos diretos (14%), as vendas de bens e serviços (13%) e os rendimentos da propriedade (6%) também possuam alguma expressão.



Estrutura das receitas correntes

Para o acréscimo das receitas correntes em comparação com o ano de 2014 contribuiu de forma significativa o aumento de aproximadamente 500 mil euros verificada nas transferências correntes (verbas do Orçamento Geral do Estado) e de aproximadamente 483 mil euros na rubrica “venda de bens e serviços correntes” devido em grande parte às alterações introduzidas nos modelos tarifários de águas residuais (acréscimo de aproximadamente 393 mil euros) e de resíduos urbanos (aumento de aproximadamente 52 mil euros).

Designação	2014	2015	Variação		Previsões		Un: Euro
			V. absoluta	%	Corrigidas	Desvio	
						Execução	
Impostos diretos	2.512.362,60	2.174.882,20	-337.480,40	-13,43	2.461.100,00	-286.217,80	
Impostos indiretos	35.301,56	36.328,27	1.026,71	2,91	45.100,00	-8.771,73	
Taxas, multas e outras penalidades	115.697,71	102.040,56	-13.657,15	-11,80	105.500,00	-3.459,44	
Rendimentos de propriedade	1.332.890,76	896.683,80	-436.206,96	-32,73	1.352.000,00	-455.316,20	
Transferências correntes	9.293.943,80	9.793.569,61	499.625,81	5,38	9.736.513,00	57.056,61	
Venda de bens e serviços correntes	1.460.907,78	1.944.080,91	483.173,13	33,07	3.147.445,69	1.203.364,78	
Outras receitas correntes	160.826,50	126.285,94	-34.540,56	-21,48	153.500,00	-27.214,06	
Total	14.911.930,71	15.073.871,29	161.940,58	1,09	17.001.158,69	1.927.287,40	

Nos quadros seguintes apresenta-se também a evolução, no período compreendido entre 2012 e 2015, dos impostos diretos e das transferências correntes que, no seu conjunto perfazem 79% do total das receitas correntes

Designação	Un: Euro			
	2012	2013	2014	2015
Imposto Municipal s/ Imóveis (IMI)	1.151.635,27	1.216.161,37	1.234.384,56	1.173.012,33
Imposto Único de Circulação (IUC)	278.398,48	350.571,90	314.874,82	303.111,10
Imposto Municipal s/ Transações Onerosas de Imóveis (IMT)	702.035,54	618.751,59	757.371,29	504.567,47
Derrama	208.617,82	170.897,53	205.731,93	194.191,30
Total	2.340.687,11	2.356.382,39	2.512.362,60	2.174.882,20

- A receita de IMI teve um crescimento moderado entre 2012 e 2014 seguido de um decréscimo no ano de 2015 resultante no seu essencial de uma redução da taxa urbana;
- A receita de IMT apresentou em 2015 o valor mais baixo dos últimos 4 anos.
- O IUC e a Derrama com menor expressão no âmbito dos impostos diretos mantêm um comportamento irregular registando, em 2015, um decréscimo face a 2014.

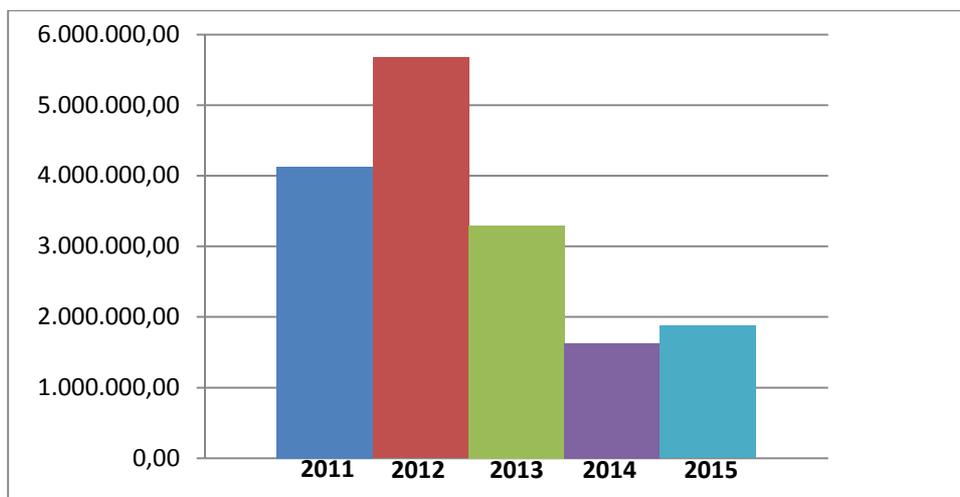
Designação	Un: Euro			
	2012	2013	2014	2015
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	5.493.318,00	7.590.480,00	8.253.599,00	8.551.680,00
Fundo Social Municipal (FSM)	226.127,00	226.127,00	226.127,00	281.186,00
Participação Variável no IRS	755.495,00	442.486,00	454.327,00	542.643,00
Outras	296.586,43	294.590,97	359.890,80	294.718,01
Participação Comunitária / Projetos Co-Financiados	17.199,08	23.387,01	0,00	123.342,60
Total	6.788.725,51	8.577.070,98	9.293.943,80	9.793.569,61

Nas transferências correntes a rubrica com maior expressão (Fundo de Equilíbrio Financeiro / FEF) registou, no período em análise um aumento constante e significativo (aproximadamente 56%)

A rubrica “Participação Variável no IRS” manteve um comportamento irregular registando em 2013 e 2014 um decréscimo acentuado em comparação com 2012. Teve este ano um acréscimo de 88 mil euros relativamente ao ano anterior.

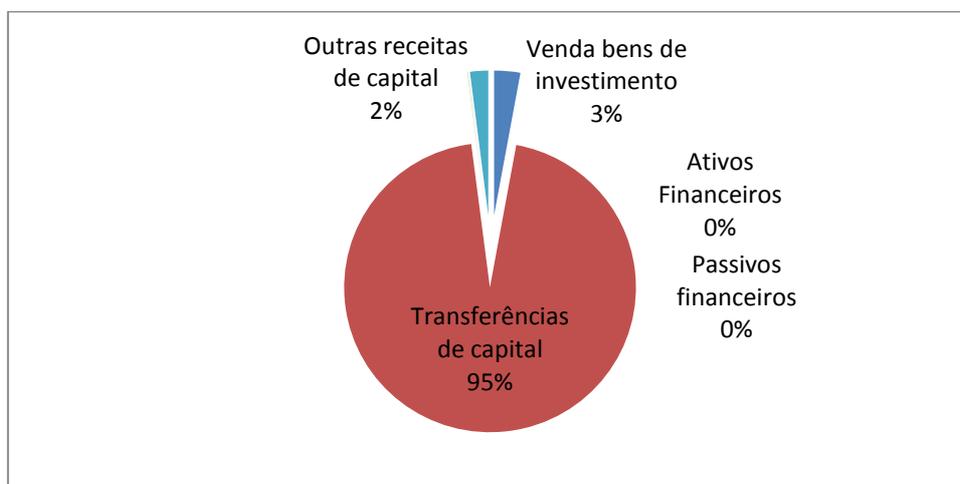
3.5. Receitas de capital

A receita de capital apresentou um aumento de 249 mil euros em relação a 2014 registando-se contudo um decréscimo de 55% quando feita a comparação com 2011.



Evolução das Receitas de Capital

A análise da estrutura das receitas de capital arrecadadas em 2015 permite ver, claramente, a importância das transferências do Estado no total destas receitas, com um peso de 95%.



Estrutura das Receitas de Capital

As componentes que, por norma, assumem maior importância em termos de execução nas receitas de capital, são as transferências obtidas e os passivos financeiros que se destinam a financiar projetos ou investimentos. No que diz respeito aos passivos financeiros importa salvaguardar que, em 2015, não foram contraídos novos empréstimos.

Receitas de Capital	2014	2015	Variação		Previsões Corrigidas	Desvio Execução
			V. absoluta	%		
Venda de bens de investimento	31.368,79	53.624,53	22.255,74	70,95	26.500,00	27.124,53
Transferências de capital	1.592.495,49	1.782.514,59	190.019,10	11,93	2.498.424,07	-715.909,48
Ativos Financeiros	1.500,00	839,40	-660,60	-44,04	500,00	339,40
Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00			0,00
Outras receitas de capital	0,00	37.624,45	37.624,45		65.751,03	-28.126,58
Total	1.625.364,28	1.874.602,97	249.238,69	15,33	2.591.175,10	-716.572,13

Un: Euro

A redução verificada entre 2012 e 2015 no Fundo de Equilíbrio Financeiro/Capital vai de encontro ao referido anteriormente e prende-se com as alterações introduzidas nos critérios de distribuição desta receita.

No período em referência este tipo de transferências passaram de 3.443.105,00 euros para 950.187,00 euros, numa redução nestes quatro anos de mais de 72%.

Designação	Un: Euro			
	2012	2013	2014	2015
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF - Capital)	3.443.105,00	1.878.057,00	910.111,00	950.187,00
Outras	0,00	2.453,16	15.187,27	28.640,41
Participação Comunitária / Projetos Co - Financiados (Capital)	2.206.695,66	1.309.539,30	667.197,22	803.687,18
Total	5.649.800,66	3.190.049,46	1.592.495,49	1.782.514,59

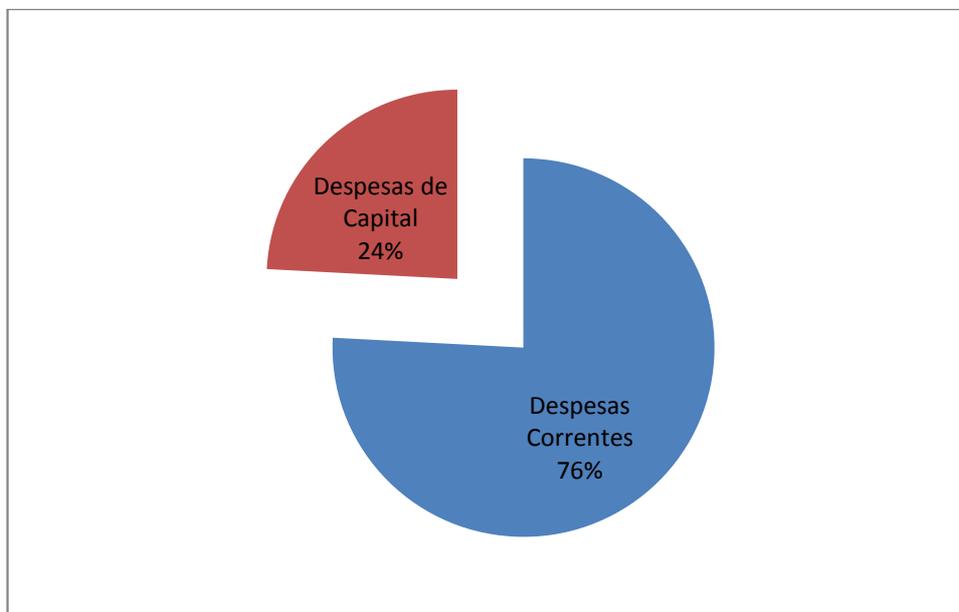
Un: Euro

3.6. Despesa

No exercício de 2015 a percentagem de realização do orçamento global da despesa, foi de 85,06% correspondendo a um total de pagamentos de 16.951.581,17 euros.

Designação	Orç. Inicial	Orç. Final	Execução	Un: Euro % Exec.
Despesas Correntes	13.123.908,41	13.867.344,56	12.853.179,25	92,69
Despesas com o pessoal	6.891.339,77	6.473.195,92	6.467.177,57	99,91
Aquisição de bens e serviços	4.224.351,89	5.118.111,76	4.344.756,21	84,89
Juros e outros encargos	71.010,00	45.560,00	37.610,89	82,55
Transferências correntes	1.171.750,75	1.574.192,75	1.375.934,61	87,41
Outras despesas correntes	765.456,00	656.284,13	627.699,97	95,64
Despesas de Capital	7.221.079,69	6.062.655,44	4.098.402,62	67,60
Aquisição de bens de capital	5.272.551,69	3.795.148,38	1.937.472,71	51,05
Transferências de capital	1.495.500,00	1.824.379,06	1.718.653,35	94,20
Ativos financeiros	132.828,00	122.928,00	122.828,00	99,92
Passivos financeiros	320.000,00	320.000,00	319.448,56	99,83
Outras despesas de capital	200,00	200,00	0,00	0,00
Total	20.344.988,10	19.930.000,00	16.951.581,87	85,06

Do total da despesa paga pelo Município 76% (12.853.179,25 euros) respeitaram a despesas correntes e 24% (4.098.402,62 euros) a despesas de capital.



Estrutura da Despesa

No quadro seguinte apresenta-se a evolução das despesas nos últimos 5 anos:

Un: Euro

Designação	2011	2012	2013	2014	2015	Variação 2011-2015	
						V. absoluta	%
Despesas Correntes	12.423.567,00	12.368.080,14	12.185.311,54	13.087.759,73	12.853.179,25	429.612,25	3,46
Despesas com o pessoal	6.996.261,55	6.493.353,80	6.434.211,74	6.612.634,13	6.467.177,57	-529.083,98	-7,56
Aquisição bens e serviços	3.982.270,02	4.519.976,08	4.067.182,54	4.797.112,99	4.344.756,21	362.486,19	9,10
Juros e outros encargos	67.776,30	57.566,45	76.691,44	113.724,39	37.610,89	-30.165,41	-44,51
Transferências correntes	1.053.173,25	1.017.567,40	1.299.172,87	1.364.884,14	1.375.934,61	322.761,36	30,65
Outras despesas correntes	324.085,88	279.616,41	308.052,95	199.404,08	627.699,97	303.614,09	93,68
Despesas de Capital	3.739.872,86	4.865.733,63	5.714.031,26	3.627.578,74	4.098.402,62	358.529,76	9,59
Aquisição bens de capital	2.797.403,09	3.992.307,15	4.556.706,39	2.312.537,70	1.937.472,71	-859.930,38	-30,74
Transferências de capital	558.424,11	485.544,56	754.901,76	905.113,74	1.718.653,35	1.160.229,24	207,77
Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	5.272,62	122.828,00	122.828,00	#DIV/0!
Passivos financeiros	384.045,66	387.881,92	402.423,11	404.654,68	319.448,56	-64.597,10	-16,82
Outras despesas capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
Total	16.163.439,86	17.233.813,77	17.899.342,80	16.715.338,47	16.951.581,87	788.142,01	4,88

As despesas com o pessoal têm tido um comportamento irregular resultado de diversas alterações legislativas. Registaram o seu maior valor em 2011 e decresceram em 2012 e 2013 por força das sucessivas regras restritivas no âmbito dos salários e subsídios impostas pelos diversos orçamentos de estado.

A aquisição de serviços, outra rubrica com expressão, tem mantido ao longo deste período de 5 anos um comportamento irregular.

As despesas associadas a transferências correntes têm vindo a aumentar sendo que a maior subida se verificou em 2014 com aproximadamente mais 66 mil euros relativamente a 2013.

As aquisições de capital tiveram um crescimento considerável entre 2011 e 2013 mas voltaram a decrescer em 2014 e 2015 atingindo níveis de execução inferiores ao de 2011.

No final de 2015 total de compromissos por pagar ascendeu a 1.265.825,46 euros. Tal valor traduz uma redução de 41,9% quando comparado com 2014 e uma redução de 65,6% em relação a 2012.

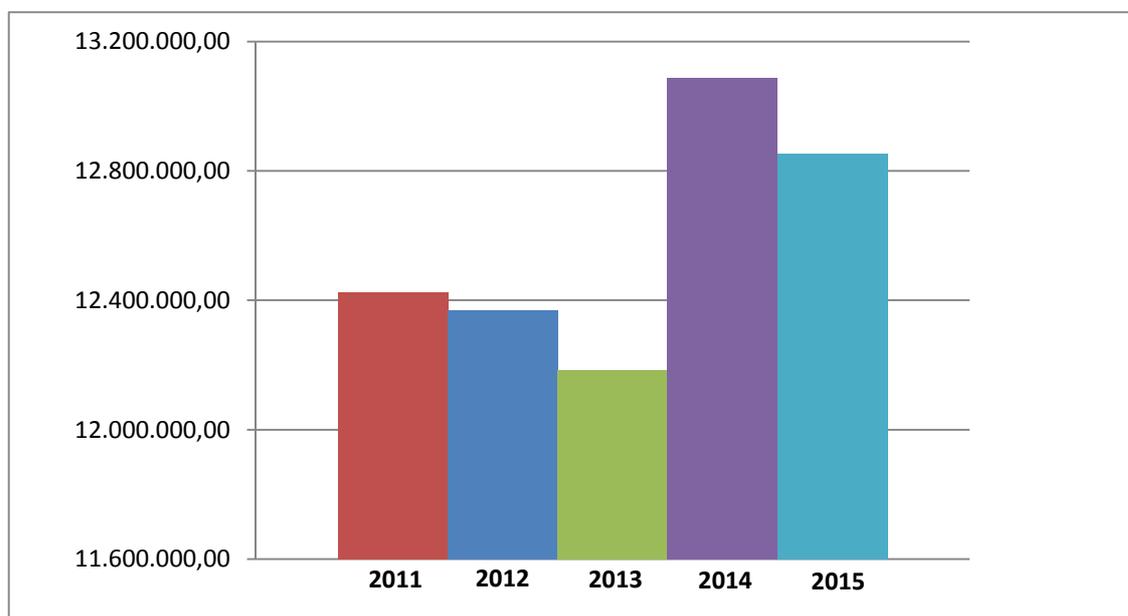
Un: Euro

Ano	Compromissos Assumidos	Despesas Pagas	Compromissos por Pagar	Contas a Pagar
2012	20.915.658,78	17.233.813,77	3.681.845,01	3.508.366,66
2013	20.426.634,75	17.899.342,80	2.527.291,95	1.595.036,78
2014	18.894.145,97	16.715.338,47	2.178.807,50	1.768.980,24
2015	18.217.407,33	16.951.581,87	1.265.825,46	556.107,76

3.7. Despesas correntes

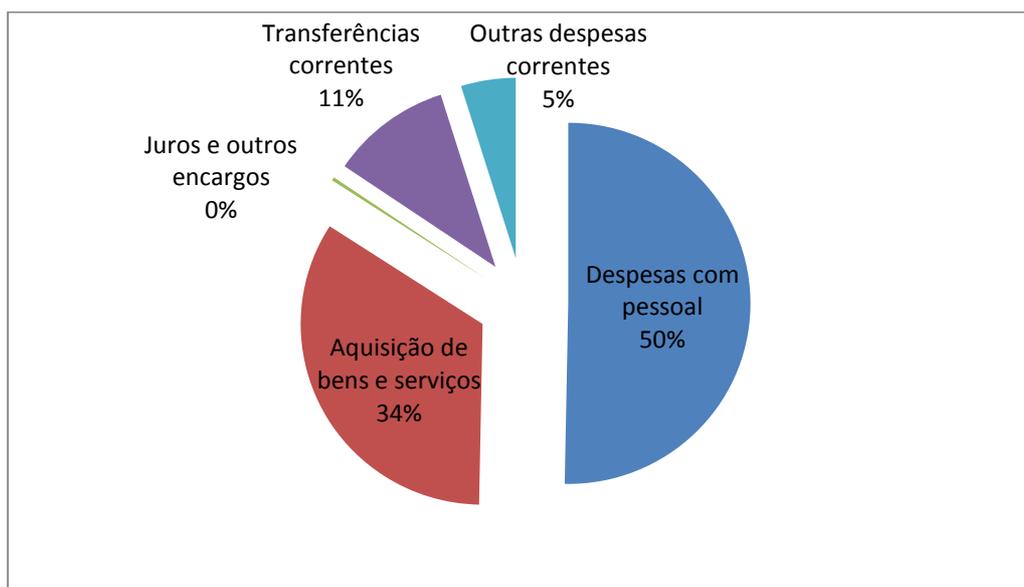
A despesa corrente realizada, no montante de 12.853.179,25 euros apresentou um decréscimo de aproximadamente 235 mil euros (1,8%) em relação a 2014.

O valor atingido reflete o esforço acrescido de contenção da despesa corrente do município como evidencia o gráfico seguinte.



Evolução das Despesas Correntes

O gráfico seguinte mostra a estrutura das despesas correntes. Em 2015, 84% da despesa diz respeito a despesas com o pessoal (50%) e aquisição de serviços (34%). Os restantes 16% foram repartidos por transferências correntes (11%) e outras despesas correntes (5%).



Estrutura das Despesas Correntes

Para a diminuição das despesas correntes, em comparação com o ano de 2014, contribuiu de forma significativa o decréscimo de aproximadamente 724.000 euros verificada nas aquisições de serviços e de aproximadamente 145.000 euros nas despesas com o pessoal.

Un: Euro

Designação	2014		2015		Variação	
	Execução	%	Execução	%	Valor	%
Despesas com o pessoal	6.612.634,13	50,53	6.467.177,57	50,32	-145.456,56	-2,20
Aquisição de bens e serviços	4.797.112,99	36,65	4.344.756,21	33,80	-452.356,78	-9,43
Aquisição de bens	922.345,82	7,05	1.193.679,31	9,29	271.333,49	29,42
Aquisição de serviços	3.874.767,17	29,61	3.151.076,90	24,52	-723.690,27	-18,68
Juros e outros encargos	113.724,39	0,87	37.610,89	0,29	-76.113,50	-66,93
Transferências	1.364.884,14	10,43	1.375.934,61	10,71	11.050,47	0,81
Administração local	435.810,64	3,33	402.700,45	3,13	-33.110,19	-7,60
Outras entidades	929.073,50	7,1	973.234,16	7,57	44.160,66	4,75
Outras despesas correntes	199.404,08	1,52	627.699,97	4,88	428.295,89	214,79
Total	13.087.759,73	100	12.853.179,25	100,00	-234.580,48	-1,79

Nos quadros seguintes apresenta-se também a evolução, no período compreendido entre 2012 e 2015, das despesas com o pessoal e das aquisições de bens e serviços que, no seu conjunto perfazem 84% do total das despesas correntes

Un: Euro

Designação	2012	2013	2014	2015
Remunerações certas e permanentes	4.974.000,72	4.749.858,61	4.737.938,68	4.679.209,48
Abonos variáveis ou eventuais	313.624,53	344.862,62	277.400,98	287.057,71
Segurança social	1.205.728,55	1.339.490,51	1.597.294,47	1.500.910,38
Total	6.493.353,80	6.434.211,74	6.612.634,13	6.467.177,57

Como anteriormente foi referido as despesas com o pessoal tem tido comportamentos diferentes.

As “Remunerações certas e permanentes” e os “Abonos variáveis ou eventuais” têm vindo sempre a decrescer.

As despesas com a “Segurança Social”, apesar do decréscimo ocorrido em 2015, tiveram, em comparação com 2012, um aumento superior a 24% por força da regularização de compromissos antigos com a ADSE.

Un: Euro

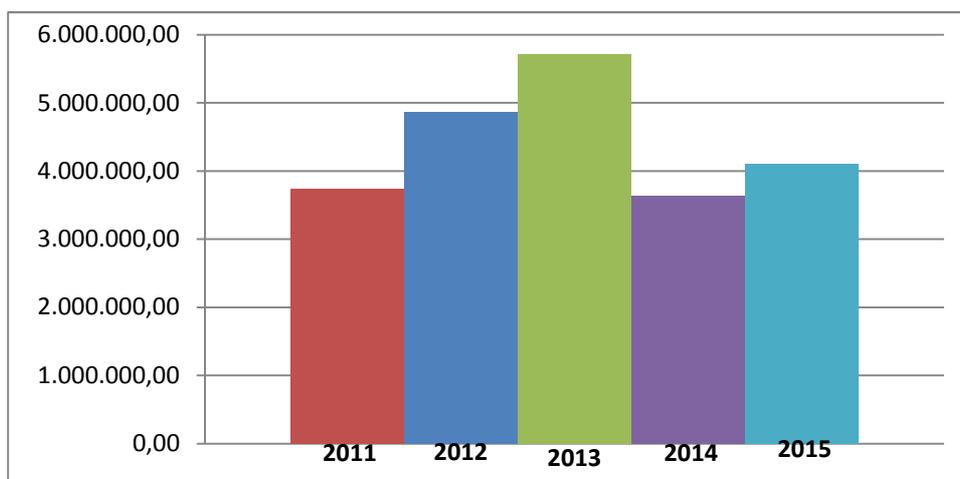
Designação	2012	2013	2014	2015
Aquisição de bens	1.137.753,43	947.507,61	922.345,82	1.193.679,31
Aquisição de serviços	3.382.222,65	3.119.674,93	3.874.767,17	3.151.076,90
Total	4.519.976,08	4.067.182,54	4.797.112,99	4.344.756,21

A “Aquisição de bens”, que desceu durante 3 anos consecutivos com o valor mais baixo registado em 2014, de 922.345,82 euros, teve em 2015 um acréscimo significativo atingindo um montante superior ao verificado em 2012.

Com maior expressão, as despesas com “Aquisição de serviços” têm mantido um comportamento irregular. Mantêm-se contudo a um nível inferior ao de 2012, devido essencialmente à redução significativa ocorrida durante o ano de 2015

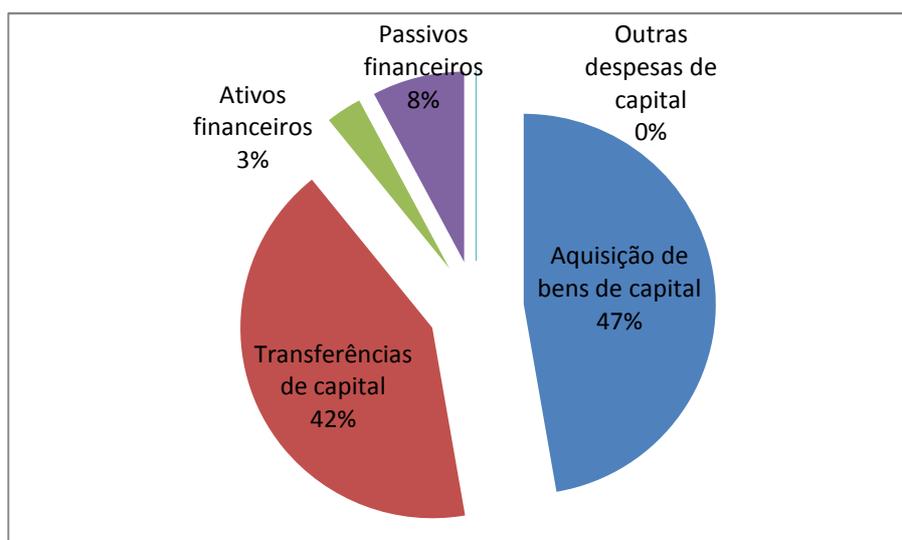
3.8. Despesas de capital

As despesas de capital ascenderam a 4.098.402,62 euros representando um acréscimo de 13% (aproximadamente 471 mil euros) em comparação com 2014.



Evolução das Despesas Capital

O gráfico seguinte permite visualizar de forma clara a estrutura das despesas de capital em 2015.



Estrutura das Despesas de Capital

É possível verificar que 89% das despesas de capital se destinaram a aquisição de bens de capital (47%) e a transferências de capital (42%).

Os restantes 11% foram repartidos por passivos financeiros (8%) e ativos financeiros (3%).

Un: Euro

Designação	2014		2015		Variação	
	Execução	%	Execução	%	Valor	%
Investimentos	2.312.537,70	63,75	1.937.472,71	47,27	-375.064,99	-16,22
Terrenos	13.322,61	0,37	35.066,19	0,86	21.743,58	163,21
Habitacões, edifícios e outras construções	1.664.834,06	45,89	1.518.444,49	37,05	-146.389,57	-8,79
Material de transporte	102.294,37	2,82	17.198,54	0,42	-85.095,83	-83,19
Maquinaria e equipamento	319.561,10	8,81	94.041,23	2,29	-225.519,87	-70,57
Outros	212.525,56	5,86	272.722,26	6,65	60.196,70	28,32
Transferências	905.113,74	24,95	1.718.653,35	41,93	813.539,61	89,88
Administração local	195.267,07	5,38	284.743,45	6,95	89.476,38	45,82
Outras entidades	709.846,67	19,57	1.433.909,90	34,99	724.063,23	102,00
Ativos financeiros	5.272,62	0,15	122.828,00	3,00	117.555,38	2.229,54
Passivos financeiros	404.654,68	11,15	319.448,56	7,79	-85.206,12	-21,06
Outras despesas de capital	0	0,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
Total	3.627.578,74	100,00	4.098.402,62	100,00	470.823,88	12,98

Como se pode constatar pelo quadro anteriormente apresentado existe um acréscimo de aproximadamente 471 mil euros das despesas de capital em comparação com o ano de 2014. Para esse efeito contribuiu de forma significativa o aumento ocorrido ao nível das transferências – outras entidades num montante de 724.063,23 euros. Deste montante 695.759,13 euros dizem respeito a transferências para as Águas Públicas do Alentejo.

3.9. Plano Plurianual de investimentos

Un: Euro

Funções	Designação	Dotação Final	Execução	% Exec.
1.	FUNÇÕES GERAIS	691.110,42	384.926,02	55,70
1.1.	Serviços gerais da administração pública	607.946,58	302.457,51	49,75
1.2.	Segurança e ordem pública	83.163,84	82.468,51	99,16
2.	FUNÇÕES SOCIAIS	4.429.630,95	2.883.422,20	65,09
2.1.	Educação	665.699,00	505.366,70	75,92
2.3.	Segurança e ação sociais	449.940,00	430.884,32	95,76
2.4.	Habitação e serviços coletivos	1.108.310,75	860.393,47	77,63
2.5.	Serviços culturais, recreativos e religiosos	2.205.681,20	1.086.777,71	49,27
3.	FUNÇÕES ECONÓMICAS	282.428,53	214.591,16	75,98
3.2.	Indústria e energia	25.417,67	3.590,43	14,13
3.3.	Transportes e comunicações	252.238,68	208.828,55	82,79
3.4.	Comércio e turismo	2.172,18	2.172,18	100,00
3.5.	Outras funções económicas	2.600,00	0,00	0,00
4.	OUTRAS FUNÇÕES	339.285,54	296.014,68	87,25
	Total	5.742.455,44	3.778.954,06	65,81

No que diz respeito à execução do PPI é necessário realçar a execução verificada ao nível das funções sociais com mais de 76% do PPI sendo que dentro desta função, as subfunções “serviços culturais, recreativos e religiosos”, “habitação e serviços coletivos”, “educação” e “segurança e ação sociais” representam respetivamente, cerca de 28,8%, 22,8%, 13,4% e 11,4% do total da execução do PPI.

Un: Euro

Funções	Designação	Execução	%
1.	FUNÇÕES GERAIS	384.926,02	10,19
2.	FUNÇÕES SOCIAIS	2.883.422,20	76,30
3.	FUNÇÕES ECONÓMICAS	214.591,16	5,68
4.	OUTRAS FUNÇÕES	296.014,68	7,83
	Total	3.778.954,06	100,00

3.10 – Contratação Administrativa

O respetivo mapa faz parte integrante do presente documento

3.11 – Transferências e subsídios

O respetivo mapa faz parte integrante do presente documento

3.12 – Aplicação de ativos de rendimento fixo e variável

Não existem

3.13 – Endividamento e endividamento líquido

O mapa de empréstimos a médio e longo prazo faz parte integrante dos documentos da conta.

No quadro seguinte apresenta-se o quadro com o cálculo do limite da dívida orçamental para 2016 ao abrigo das novas regras estabelecidas pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais)

Limite de dívida orçamental

	Un: Euro				
	2011	2012	2013	2014	2015
Receita corrente líquida	12.170.745,00 €	12.440.830,00 €	13.575.463,67 €	14.911.930,71 €	15.073.871,29 €
Média receita corrente líquida			12.725.679,75 €	13.642.741,46 €	14.520.421,89 €
Limite da dívida total			19.088.519,63 €	20.464.112,19 €	21.780.632,84 €
Dívida total					
21					
22			1.484.184,45 €	1.813.413,22 €	442.161,21 €
23			1.783.843,15 €	1.379.188,47 €	1.059.739,91 €
24			332.593,04 €	281.574,00 €	185.363,52 €
26			699.073,67 €	274.739,80 €	2.085.733,20 €
SOMA			4.299.694,31 €	3.748.915,49 €	3.772.997,84 €
Operações tesouraria			529.310,36 €	453.728,59 €	401.866,14 €
FAM (não releva)					736.969,72 €
Dívida Orçamental			3.770.383,95 €	3.295.186,90 €	2.634.161,98 €
Margem do Município			15.318.135,68 €	17.168.925,29 €	19.146.470,86 €
Contribuição de associações de municípios					
ANMP			438,00 €	- €	324,98 €
CIMAC			7.688,06 €	21.680,56 €	406,14 €
AMGAP			- €	- €	- €
AMAMB			1.303,96 €	- €	- €
SOMA			9.430,02 €	21.680,56 €	731,12 €
Margem final			15.308.705,66 €	17.147.244,73 €	19.147.201,98 €
Capacidade de endividamento			3.061.741,13 €	3.429.448,95 €	3.829.440,40 €

NOTAS:

Limite da dívida total = 1,5 * média da receita corrente líquida cobrada nos últimos 3 anos

Dívida orçamental = Dívida total - Operações de tesouraria

Dívida que releva = Dívida Total – Operações de Tesouraria

Margem do município = Limite da dívida total - Dívida orçamental

Capacidade de endividamento = 20% da margem final

O quadro acima apresenta o cálculo da capacidade de endividamento do endividamento do Município no início de 2015, situando-se esta em 3.429.448,95 euros. valor que correspondia a 20% da capacidade absoluta de endividamento do município (17.168.925,29 euros). Quer isto dizer que no

enquadramento da Lei a dívida do município poderia ter crescido para 6.724.635,85 euros. Porém a dívida do município registou, em mais um ano, uma substancial redução passando a situar-se em 2.634.161,98 euros, passando a dispor em 2016 de uma margem utilizável de 3.829.449,40 euros já que o montante da dívida corresponde apenas a 10% do limite.

3.14 – Pagamentos em atraso

A Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, (Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso – LCPA) veio estabelecer as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso.

Nos termos da referida lei os compromissos passaram a ter por base o cálculo de fundos disponíveis previsíveis, para um período temporal de 90 dias, ficando as regras do seu cálculo sujeitas à existência e evolução dos pagamentos em atraso.

Un: Euro

Pagamentos em Atraso em 2012		Passivo	Contas a Pagar	91-120 dias	121-240 dias	241-360 dias	+360dias	Total
CE01	Despesas com pessoal	2.802,02	2.802,02	0,00	0,00	206,04	68,68	274,72
CE02	CE02 - Aq. Bens e serviços correntes	556.627,95	556.627,95	7.641,75	185.111,11	30.180,06	77.603,28	300.536,20
CE03	CE03 - Juros e outros encargos	1.444,92	1.444,92				220,22	220,22
CE04	Transferências correntes	23.042,31	23.042,31	0,00	2.134,00	1.985,18	0,00	4.119,18
CE06	CE06 - Outras despesas correntes	8.355,03	8.355,03	137,76	0,68	106,16	3.518,73	3.763,33
CE07	CE07 - Aq. Bens e serviços de capital	2.903.108,74	2.903.108,74	126.265,10	285.502,88	40.174,14	368.756,63	820.698,75
CE08	Transferências de capital	13.015,69	12.985,69	0,00	524,62	655,00	0,00	1.179,62
Total		3.508.396,66	3.508.366,66	134.044,61	473.273,29	73.306,58	450.167,54	1.130.792,02

Pagamentos em Atraso em 2013		Passivo	Contas a Pagar	91-120 dias	121-240 dias	241-360 dias	+360dias	Total
CE01	Despesas com pessoal	7.724,19	7.724,19	0,00	0,00	0,00	6.174,19	6.174,19
CE02	CE02 - Aq. Bens e serviços correntes	803.497,71	803.497,71	11.992,51	653,13	35,61		12.681,25
CE03	CE03 - Juros e outros encargos	23,32	23,32					0,00
CE04	Transferências Correntes	32.550,34	32.550,34	1.800,00	2.720,40	1.584,69	0,00	6.105,09
CE06	CE06 - Outras despesas correntes	4.242,46	4.242,46					0,00
CE07	CE07 - Aq. Bens e serviços de capital	1.402.873,42	722.578,13	31.306,37	15.682,50	3.810,77	129.793,63	180.593,27
CE08	Transferências de capital	24.420,63	24.420,63	0,00	905,29	0,00	0,00	905,29
Total		2.275.332,07	1.595.036,78	45.098,88	19.961,32	5.431,07	135.967,82	206.459,09

Pagamentos em Atraso em 2014		Passivo	Contas a Pagar	91-120 dias	121-240 dias	241-360 dias	+360dias	Total
CE01	Despesas com pessoal	83.955,90	3.657,07					
CE02	CE02 - Aq. Bens e serviços correntes	638.305,25	638.305,25					
CE03	CE03 - Juros e outros encargos	64.661,87	64.661,87					
CE04	Transferências Correntes	38.630,40	38.630,40					
CE06	CE06 - Outras despesas correntes	84.624,58	84.624,58					
CE07	CE07 - Aq. Bens e serviços de capital	1.159.585,51	539.407,70					
CE08	Transferências de capital	399.693,37	399.693,37					
Total		2.469.456,88	1.768.980,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Pagamentos em Atraso em 2015		Passivo	Contas a Pagar	91-120 dias	121-240 dias	241-360 dias	+360dias	Total
CE01	Despesas com pessoal	3.824,74	3.824,74					
CE02	CE02 - Aq. Bens e serviços correntes	352.673,52	352.673,52					
CE03	CE03 - Juros e outros encargos	35.743,79	35.743,79					
CE04	Transferências Correntes	5.917,30	5.917,30					
CE06	CE06 - Outras despesas correntes	41.392,42	41.392,42					
CE07	CE07 - Aq. Bens e serviços de capital	708.536,34	88.358,53					
CE08	Transferências de capital	28.197,46	28.197,46					
Total		1.176.285,57	556.107,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Pode verificar-se pelo mapa apresentado que, em 31 de dezembro de 2015, o município de Montemor-o-Novo não possuía pagamentos em atraso.

Importa ainda, em cumprimento do disposto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, que veio regular a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), informar que o município de Montemor-o-Novo em 2014, realizou um acordo de pagamento com a Águas Públicas do Alentejo, SA. Porém em 2015 foi efetuado um pagamento antecipado de 421.295,87 euros.

4 – Evolução da situação Financeira e Económica

4.1 – Evolução da Estrutura – Análise do Balanço

No que diz respeito ao Balanço há que considerar a evolução registada ao nível do ativo líquido que tem a ver com a inclusão de parte significativa do património nos termos já referidos no ponto 1.6 do presente relatório.

Em relação ao passivo é possível verificar um ligeiro decréscimo em comparação com 2014.

BALANÇO

2012-2015

Un: Euro

ACTIVO LIQUIDO		2015	2014	2013	2012
Imobilizado					
Bens de domínio público					
451	Terrenos e recursos naturais	35.064,19	132.553,45	132.553,45	132.553,45
452	Edifícios	0,00	45.979,40	62.091,87	45.979,40
453	Outras construções e infra-estruturas	58.632.446,89	3.430.069,60	3.443.339,89	3.221.088,36
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	66.349,13	72.632,53	72.081,26	71.783,95
459	Outros bens de domínio público	0,00	696.780,23	827.518,57	748.603,93
445	Imobilizações em curso	4.647.268,84	6.638.456,30	6.805.539,63	5.704.939,84
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
		61.381.128,85	11.016.471,51	11.343.104,67	9.924.948,93
Imobilizações incorpóreas					
431	Despesas de instalação	74.046,00	0,00	0,00	0,00
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	2.399,91	134.136,54	134.136,54	123.211,44
433	Propriedade industrial e outros direitos	14.802,74	418.068,10	556.397,95	386.913,99
443	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
439	Outras Imobilizações Incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		91.248,65	552.204,64	690.534,49	510.125,43
Imobilizações corpóreas					
421	Terreno e recursos naturais	14.620.773,83	3.125.481,08	3.112.158,47	3.031.460,37
422	Edifícios e outras construções	25.176.972,41	7.381.329,44	8.743.746,97	7.773.892,00
423	Equipamento básico	383.810,09	503.961,88	2.555.681,25	584.366,94
424	Equipamento de transporte	504.961,43	1.559.075,92	2.592.784,06	1.415.282,03
425	Ferramentas e utensílios	7.466,07	409.769,82	600.148,40	407.973,72
426	Equipamento administrativo	301.781,25	512.895,25	2.287.310,41	490.391,90
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	33.676,25	1.268.899,52	1.316.263,04	1.273.391,07
442	Imobilizações em curso	1.968.298,44	11.957.286,06	11.008.564,79	9.988.740,30
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		42.995.739,77	26.718.698,97	32.216.657,39	24.965.498,33
Investimentos financeiros					
411	Partes de capital	0,00	0,00	0,00	15.848,16
412	Obrigações e títulos de participação	859.797,72	939.042,02	551.825,06	0,00
414	Investimentos em imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
415	Outras aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
441	Imobilizações em curso	0,00	551.825,06	0,00	551.825,06
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
		859.797,72	1.490.867,08	551.825,06	567.673,22

BALANÇO

2012-2015

Un: Euro

ACTIVO LIQUIDO		2015	2014	2013	2012
Circulante					
Existências					
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	288.929,36	351.328,49	399.796,51	218.043,55
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
		288.929,36	351.328,49	399.796,51	218.043,55
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo					
Dívidas de terceiros - Curto prazo					
28	Empréstimos concedidos	18.896,97	19.536,37	15.763,75	23.896,82
211	Clientes, etc	150.888,56	108.885,17	341.796,42	103.035,57
212	Contribuintes, etc	9.713,25	9.486,11	8.920,91	8.916,53
213	Utentes, etc	22.293,71	11.925,03	6.347,17	14.704,18
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	944,19	944,19	1.003,53	0,00
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00
2519	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Estado e outras entes públicas	7.952,82	34.044,83	9.385,48	3.049,89
264	Administração Autárquica	0,00			
252+263+ 266+267+268	Outros devedores	448.513,94	358.547,94	3.181,68	0,00
		659.003,44	543.369,64	386.398,94	153.602,99
Títulos negociáveis					
151	Ações	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos em instituições financeiras e caixa					
12	Depósitos em instituições financeiras	818.688,52	780.454,28	888.337,54	1.948.906,25
11	Caixa	4.278,39	10.540,52	16.633,69	18.880,18
		822.966,91	790.994,80	904.971,23	1.967.766,43
Acréscimos e diferimentos					
271	Acréscimos de proveitos	319.674,63	342.942,52	432.129,90	173.982,23
272	Custos diferidos	26.174,38	22.899,39	0,00	0,00
		345.849,01	365.841,91	432.129,90	173.982,23
Total de amortizações		21.872.197,67	7.871.542,74	6.847.859,66	6.258.661,22
Total de provisões					
Total do activo		107.444.663,71	41.829.777,04	46.925.417,19	38.481.641,11

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO		2015	2014	2013	2012
Fundos próprios :					
51	Património	99.506.607,49	7.696.328,22	7.696.328,22	6.916.911,70
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	0,00	0,00	0,00	0,00
56	Reservas de reavaliação	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas :					
571	Reservas legais	1.317.406,48	1.306.211,16	1.219.932,36	1.126.457,00
572	Reservas estatutárias	0,00	0,00	0,00	0,00
573	Reservas contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
574	Reservas livres	1.317.406,48	1.306.211,16	1.219.932,36	1.126.457,00
575	Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00
576	Doações	9.557,00	9.557,00	9.557,00	9.557,00
577	Reservas decorrentes de transferências de activos	0,00	0,00	0,00	0,00
58	Resultados transitados	-11.532.647,81	16.263.612,84	14.739.879,88	13.588.112,96
88	Resultados líquido do exercício	1.812.965,24	223.906,42	1.725.575,90	1.869.507,17
		92.431.294,88	26.805.826,80	26.611.205,72	24.637.002,83
Passivo :					
292	Provisões para riscos e encargos	0,00	0,00	0,00	0,00
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo	0,00			
2312	Empréstimos de Médio e longo prazo	1.059.739,91	1.379.188,47	1.783.843,15	2.186.266,26
2613	Fornecedores de Locação Financeira	74.031,84	103.105,35	139.332,14	50.743,16
2615	Outros Forn de imobilizado MLP	0,00	0,00	0,00	50.519,74
Dívidas a terceiros - Curto prazo :					
217	Clientes e utentes, o/cauções	0,00	0,00	0,00	424.829,28
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00	0,00	0,00
221	Fornecedores, o/c	130.343,72	1.813.413,22	1.484.184,45	1.816.191,59
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	340.624,83	168.454,38	431.220,43	0,00
252	Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	0,00	0,00
2611	Fornecedores de imobilizado, o/c	635.231,90	152.961,15	101.184,36	1.392.070,57
2614	Outros Forn de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	185.363,52	373.300,74	318.806,23	249.129,75
2618	Cauções empreitadas			0,00	0,00
217+262+ 263+266+ 267+268	Outros devedores	1.324.182,20	1.228.956,27	417.629,55	136.044,14
Acréscimos e diferimentos :					
273	Acréscimos de custos	792.014,96	749.515,85	815.340,15	868.332,94
274	Proveitos diferidos	10.471.835,96	9.055.064,81	7.974.811,35	6.671.510,85
Total do passivo		15.013.368,83	15.023.950,24	13.466.351,81	13.844.638,28
Total dos fundos próprios e do passivo		107.444.663,71	41.829.777,04	40.077.557,53	38.481.641,11

5 - Aplicação de resultados

De acordo com o estabelecido no POCAL propõe-se que o resultado do exercício de 2015 no montante de 1.812.965,24 euros seja transferido:

- 5% para Reservas Legais, no montante de 90.648,26 euros
- 5% para Reservas Livres, no montante de 90.648,26 euros
- O restante no montante de 1.631.668,72 euros para resultados transitados.

A Presidente da Câmara

Hortênsia dos Anjos Chegado Menino

18 de Abril 2015